



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 1.536/01	DATA: 06/12/2001
INÍCIO: 10:07	TÉRMINO: 13:56	DURAÇÃO: 03:49
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3:52	PÁGINAS: 87	QUARTOS: 25
REVISÃO: LUCI, ELIANA, CLÁUDIA CASTRO		
SUPERVISÃO: SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: JOEL		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO MALAN - Ministro de Estado da Fazenda.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Há expressões ininteligíveis.
Há falhas na gravação.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Declaro abertos os trabalhos da 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro privado. Comunico aos Srs. Parlamentares o recebimento das seguintes correspondências: do Sr. Hélio Duarte, Diretor Executivo do HSBC, solicitando autorização para que possa acompanhar o Sr. Michael Geoghegan, Diretor-Presidente do banco em seu depoimento, visto que o mesmo tem dificuldade em se expressar na língua portuguesa, matéria que será inclusive objeto de deliberação da Comissão; do Banco Central do Brasil, em atenção a ofício enviado por esta Presidência, atendendo a requerimento de autoria do Deputado José Batochio, solicitando cópia de processos relativos aos financiamentos concedidos ao amparo do PROER; do Banco Central do Brasil, através do Diretor Carlos Eduardo de Freitas, encaminhando subsídios aos trabalhos desta CPI. Também comunico recebimento de ofício da Diretora do Banco Central Sra. Tereza Grossi, referente à informação encaminhada à Procuradoria da República no Estado do Paraná; ofício do Presidente do Banco do Brasil, com demonstrativo das operações realizadas entre o banco, na modalidade de depósitos interfinanceiros, em relação ao Banco Nacional; carta do Sr. Flávio Siqueira, primeiro liquidante do banco CREFISUL e liquidante do banco BAMERINDUS, com uma série de demonstrativos; ofício do Secretário da Receita Federal relativo a eventuais créditos fiscais do banco BAMERINDUS; bem como ofício do Banco Central com uma relação de vários votos relativos ao PROER. Esses documentos estão à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria. Esta reunião foi convocada para a apreciação de requerimentos constantes da pauta já divulgada e para audiência pública com depoimento do Dr. Pedro Malan, Ministro de Estado da Fazenda, já compondo a Mesa. Cumprindo as formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: "Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado." Dando início à nossa audiência, concedo a palavra ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do PROER; Deputado Alberto Goldman, Relator, Srs. Parlamentares, demais presentes. É uma satisfação estar aqui nesta sessão



para, mais uma vez, trocar idéias, responder perguntas sobre um tema que interessa ao País. Na verdade, eu tenho de longa data uma posição firmada sobre o trabalho de Comissões Parlamentares de Inquérito, que acho que prestam um papel extremamente útil e construtivo a esta discussão, e sempre achei que seu trabalho se desdobra, se deveria desdobrar, em duas vertentes: uma é a vertente investigativa propriamente dita, é o debate, a tentativa de esclarecimento de questões controvertidas, muitas vezes, pela sua própria natureza, a busca de transparência e de diálogo, em última análise. Esse trabalho investigativo vai até um certo ponto, ao cabo do qual eu acho que as responsabilidades passam à Justiça, Ministério Público; quando for o caso, Polícia Federal, porque há limites para trabalho investigativo e suas conclusões por parte de CPI. Mas ela é uma vertente fundamental desse processo. A segunda vertente, não menos importante, é a vertente propositiva. Vale dizer: além de investigar, espera-se, pelo menos eu acho que seria o ideal, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito pudesse, à luz das discussões, sugerir o que mudar em termos de práticas, procedimentos, legislação para lidar com as questões levantadas e discutidas no contexto de suas investigações. Então, é com esse duplo espírito, com essa dupla expectativa, que eu acho que é perfeitamente viável, conhecendo a competência tanto do Presidente desta Comissão quanto do seu Relator, quanto dos Parlamentares nela envolvidos, que eu acho que é perfeitamente legítimo esperar que, ao cabo de seus trabalhos, o relatório desta Comissão não só fará um excelente trabalho investigativo e recomendações aos órgãos competentes para a continuidade do trabalho, como também indicará as proposições que lhe pareçam apropriadas para lidar com alguns dos problemas identificados. Deixem-me fazer um comentário inicial, antes de entrar especificamente no PROER, sobre a situação da economia brasileira em, digamos, segundo semestre de 1993, quando nós começamos a tomar medidas expressando uma preocupação com o fato de que nós vínhamos numa economia com uma taxa média anual de inflação de quase 1.000% entre 1988 e 1992. Em 1993, ela estava caminhando para 2.700%, e nós tínhamos algumas razões para acreditar que o sistema bancário brasileiro teria alguns problemas não triviais de adaptação a um cenário de relativa estabilidade de preços. Nós criamos, ainda em 1993, o COMIF — Comitê de Gerenciamento das Instituições Financeiras Federais —, através do qual,



trabalhando com eles, as Direções do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB e BASA, nós não só construímos um colchão de liquidez, que tinha uma razão... Era um colchão de liquidez porque nós estávamos convencidos de que faríamos uma aposta firme pela derrota da hiperinflação no Brasil naquele período, e que essa queda abrupta da inflação, na qual nós estávamos apostando, contra a opinião de muitos, à época, em uma análise equivocada econômica e política, que essa queda abrupta da inflação levaria a uma perda, também abrupta, da receita inflacionária de um número expressivo de bancos e que, portanto, era necessária a constituição de um colchão de liquidez. Nós o fizemos para as instituições financeiras federais, e foi o que permitiu a passagem de junho para julho de 1994, quando o real foi lançado, e a inflação caiu abruptamente, como também tivemos várias reuniões com bancos comerciais estaduais, chamando a atenção para o mesmo problema e para a necessidade de constituição de um colchão de liquidez. E obviamente mencionamos o mesmo nas várias reuniões públicas com bancos privados, com o sistema bancário privado. Mas, além disso, além da questão de curto prazo, do colchão de liquidez para lidar com os efeitos de perda de receita inflacionária, que representavam cerca de um terço das receitas do sistema bancário brasileiro naquele período, nós chamamos a atenção para um fato que era mais estrutural e de maior importância: é que havia um número expressivo de bancos — não passíveis de identificação claramente, mas a hipótese — que tinham custos de administração e outros nem sempre compatíveis com a sua capacidade de geração de receita operacional, que sempre depende da estrutura dos seus ativos, da qualidade dos seus ativos. E, portanto, além da constituição do colchão de liquidez, nós insistimos na necessidade de mudanças mais estruturais, para que o sistema pudesse se adaptar a um cenário de relativa estabilidade econômica, estabilidade de preço. Portanto, nós tínhamos ciência de que a derrota da hiperinflação e um cenário de estabilidade relativa de preço colocaria aos bancos — e aqui tem três grandes grupos de bancos, os bancos oficiais federais, os bancos comerciais estaduais e os bancos privados, onde há grandes, médios e pequenos — alguns problemas com que eles haviam se desabilitado de lidar, ao longo de décadas de inflação crônica, alta e crescente, e de uma crescente presença e participação de receitas inflacionárias no conjunto das suas receitas totais. Isso, efetivamente,



ocorreu com a derrota da hiperinflação e o regime de maior estabilidade de preços. Alguns problemas que eram mascarados pela inflação alta, crônica e crescente... Falou comigo?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Desculpe, Sr. Ministro, é porque eu quero ouvir com atenção a sua intervenção, estou sentindo que há um burburinho geral que dificulta a concentração, e há que se prestar atenção em tudo que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Desculpe a interrupção. Já solicitei que seja fechada a porta e vamos garantir a palavra ao...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, eu não sou aluno aplicado. É que vocês marcam presença. Eu vim aqui para obrigatoriamente enfrentar. Vocês marcam presença, vocês vão elogiar de qualquer maneira e não prestam atenção...

(Não identificado) - Você vai criticar de qualquer maneira também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Peço atenção e quero assegurar a palavra ao Sr. Ministro, por favor.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Muito obrigado. Eu lhe agradeço, Deputado Fruet. Então, eu dizia que o contexto que eu acho que esta discussão poderia ser colocada de início é o contexto de uma economia que mudou e mudou de maneira radical, da hiperinflação, que era o que nós tínhamos, porque não há outra maneira de definir uma taxa de inflação de 30%, 40% ao mês, com tudo aquilo que ela mascara, para um regime de inflações, digamos, civilizadas, que faz com que certas coisas apareçam com mais transparência, dentre elas as dificuldades de algumas instituições que haviam tomado, talvez por assentado, que o Brasil estava condenado a viver num período de instabilidade ou inflação crônica, alta e crescente. Essas questões começaram a surgir... Em algumas instituições o número é um número expressivo, aliás há um trabalho excelente do meu ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Prof. José Roberto Mendonça de Barros, que, quero crer, esteve aqui prestando o seu depoimento sobre o PROER, onde estão listados todo o processo de fusões, incorporações, liquidações, desaparecimento de instituições de pequeno, médio e de grande porte no sistema, que foi parte desse processo de ajustamento a um cenário de maior estabilidade de preços. A legislação disponível para lidar com essas questões, que contemplava



liquidação, intervenção e regime de administração especial temporária, era uma legislação que necessitava certo tipo de mudanças, dado que tanto a intervenção quanto o chamado RAET, o Regime de Administração Especial Temporária, eram naquele contexto quase como que antecâmaras de um processo de liquidação. Nós, depois da experiência do Econômico, no qual fizemos uma intervenção em agosto de 1995, seguida logo depois de um problema grave, que era um problema de fraude no Banco Nacional, que exigia uma solução rápida — nós estamos falando aqui talvez do oitavo maior banco privado brasileiro, se me lembro bem no caso do Econômico, e se me lembro também do quarto maior banco privado brasileiro, no caso do Nacional —, estava a exigir, dado que estamos falando de milhões de depositantes e aplicadores nesses bancos. Uma das visões mais equivocadas, e que ouvi reiteradas vezes repetidas inclusive aqui nesta Casa, era de que o nosso propósito era — vou usar a expressão que ouvi dezenas de vezes — salvar banqueiros falidos. Isso é um grave equívoco que mostra, a meu ver, um desconhecimento do fato de que instituições financeiras não trabalham com recursos de banqueiros. As instituições financeiras, bancos em particular, trabalham com recursos de terceiros, depósitos, em alguns casos, de milhões de brasileiros e brasileiras, contas correntes, cadernetas de poupança, aplicações financeiras de milhares de empresas brasileiras de pequeno porte, médio porte, grande porte. Esta é a razão pela qual, sabedores do fato de que banco trabalha com recursos de terceiros e do significado que existe em termos da cadeia de pagamentos no sistema, de permitir a falência de um grande banco e, portanto, a perda total dos recursos de terceiros, dos depositantes do banco, que nenhum país do mundo tem uma atitude de total leniência em relação a essa questão. Eu já tive oportunidade de citar, nesta Casa, exemplos, por exemplo, de decisões do Poder Público de vários países do mundo ao se defrontarem com situações como esta que, infelizmente, ocorrem. O sistema tem certas características que, às vezes, permitem que as coisas fujam um pouco de controle. Temos um exemplo nos Estados Unidos da América do Norte, que têm uma fiscalização e supervisão bancária das melhores do mundo. Houve uma falência das associações de poupança e empréstimo, há vinte anos atrás, que exigiu uma intervenção do Governo norte-americano a um custo estimado entre 200 e 300 bilhões de dólares, o saneamento do sistema das **savings**



and loans, ou associações de poupança e empréstimo norte-americanas. Há uns quinze, vinte anos atrás, o nono maior banco privado norte-americano, chamava-se Continental Illinois, também foi salvo. Não que o seu banqueiro foi salvo. Os donos do banco perderam o que tinham, deixaram, como aqui no Brasil, a atividade bancária, mas a decisão do Governo norte-americano, à época, foi a de não permitir que o nono maior banco privado americano simplesmente fosse à garra, com a perda dos depósitos e aplicações naquele banco de milhões de cidadãos norte-americanos. Mesmo no caso do Banco da Nova Inglaterra, que era o 33º maior banco privado americano, a decisão foi de uma intervenção para evitar a sua queda também, porque a avaliação — e há sempre um elemento de julgamento, como tudo importante na vida — foi de que a economia da Nova Inglaterra, na qual o banco tinha uma grande presença, seria profundamente prejudicada, com perdas de empregos, postos de trabalho e investimentos se o Governo americano permitisse a falência do banco. Houve uma intervenção que levou à mudança do controle acionário do banco, mas à preservação dos seus depósitos, dos seus participantes no banco. Houve muitos casos de bancos menores onde não houve essa implicação de que a decisão foi para liquidação pura e simples. O mesmo se aplica na França, no caso do Credit Lyonnais; o mesmo na Itália, no caso do Ambrosiano; o Banco de Crédito Italiano, se não me lembro; o mesmo se aplica ao que foi feito no Chile; no México; na Suécia, que passou por uma profunda crise financeira e bancária a um custo altíssimo. Quer dizer, a literatura internacional é cheia de exemplos de decisões que são tomadas por governos para evitar que problemas de uma instituição de porte que afeta os seus aplicadores e depositantes, que em algumas instituições se contam em milhões, sejam afetados com todas as implicações em termos de efeitos daninhos sobre o sistema de pagamento. E eles partem do seguinte princípio, que é correto: os bancos, principalmente os bancos comerciais, eles trabalham com riscos, um volume de riscos significativos muito superiores em termos da magnitude das suas operações ativas, a sua base de capital. A maioria dos passivos desses bancos são considerados como disponíveis pelos seus aplicadores e depositantes e perfeitamente seguros, o que nem sempre é o caso. Há pelo menos sete tipos de riscos que um banco carrega. Ele carrega riscos de mercado, que são alterações dos preços dos ativos; riscos de crédito, que são



problemas de repagamento dos seus devedores; riscos de pagamentos, que são rupturas na cadeia de pagamentos; no caso de economias abertas, tem o risco de câmbio, que são mudanças nas taxas de câmbio, quando há ativos e passivos nele denominados; há risco de transferência, que é o caso de o banco, apesar de não ter problemas de risco de câmbio, ter uma inabilidade para obter moeda estrangeira para arcar com seus compromissos externos; e, vamos falar francamente, há riscos políticos e há riscos de fraude. Portanto, aqui existem sete tipos de riscos que estão presentes num banco qualquer e são a razão pela qual esta atividade, em qualquer país do mundo, é regulada. A importância da supervisão e da regulação bancária é essencial. Eu devo dizer que o Brasil fez enormes progressos nessa área, ao longo dos últimos sete e oito anos, reconhecidos internacionalmente por analistas isentos. Depois que o Brasil entrou como membro pleno, acionista do Banco de Compensações Internacionais, que é o banco central dos bancos centrais e que participa ativamente das atividades de troca de informações e experiências entre reguladores e supervisores bancários, depois que passou a fazer parte desse sistema que define, em termos do Acordo da Basileia, requerimentos mínimos de capital mínimo e regulação prudencial, essas questões melhoraram e muito no Brasil. Agora, aqui no Brasil, como em qualquer país do mundo, estamos lidando com seres humanos, com instituições formadas por seres humanos e, portanto, falíveis, e, portanto, existem problemas, sempre existiram e sempre existirão. Não existe 100% de certeza absoluta de que nunca teremos nenhum tipo de problema aqui, como em outro qualquer país do mundo. Nós estamos falando de seres humanos, instituições formadas por seres humanos e, portanto, falíveis. O nome do jogo é reduzir essa taxa de problemas potenciais através de melhorias no sistema de revolução, regulação ou supervisão bancária. É inviável uma idéia que vejo com frequência de que fraudes possam ser detectadas em tempo real, resolvidas **on line**, porque, pela própria natureza, às vezes é necessário um pouco mais de tempo para que se descubra uma fraude desse tipo e, às vezes, o grau de sofisticação é extremamente significativo nessa área, mas não há dúvida para quem, de boa-fé e de maneira isenta que esteja, tenha acompanhado a evolução do sistema de fiscalização, supervisão e regulação bancária no Brasil ao longo dos últimos oito anos, que houve um enorme progresso, embora como sempre, como tudo na vida,



seja possível avançar e melhor fazer. Isso é reconhecido internacionalmente hoje no Brasil. Mas deixe-me voltar, então, ao PROER, ao que o motivou. Nós precisamos de um sistema que fosse mais ágil, que pudesse responder mais rapidamente a situações que, se não resolvidas em tempo hábil, poderiam levar a uma corrida bancária e à perda dos depósitos de milhões. Em alguns bancos desses de grande porte, nós estamos falando de milhões de depositantes, não é de uma minoria ou só dos recursos do banqueiro, como vejo com freqüência erradamente apresentados. O objetivo era com a preservação da economia de milhões de brasileiros e do funcionamento do sistema através de uma resolução rápida, antes de que os problemas de uma instituição, na medida em que tudo isso é uma cadeia de pagamentos, quer dizer, se uma empresa ou uma instituição não paga, aquele que deveria receber e que também tinha compromisso, também não paga, e nós sabemos os efeitos de colapsos dessa natureza por comparações internacionais. Esse trabalho do Prof. José Roberto Mendonça de Barros, que está disponível no **site** do Ministério da Fazenda há algum tempo, tem uma seção que é uma comparação internacional: quanto custou a resolução de problemas de crises bancárias nos Estados Unidos, no Chile, no México, na Suécia, na França, no Japão, em outros países que estão agora ainda por resolver esse problema no Brasil? E ele mostra que no caso do Brasil é um dos menores custos em termos de comparação internacional. E, como tudo na vida é relativo, esse custo deve ser comparado com o custo de uma inação, da omissão, do nada fazer e deixar simplesmente que o processo seguisse o seu curso. Estou convencido que o custo seria muito maior do que o custo incorrido e do qual, como notou corretamente talvez o melhor economista brasileiro do século que passou, Mário Henrique Simonsen, certos componentes e elementos desse custo não se sabe aprioristicamente, só se sabe depois de que se concluiu o processo de venda e liquidação dos ativos da parte do banco que foi separada do banco em funcionamento, e esse processo demanda tempo, mas os trabalhos que foram distribuídos pelo Banco Central, e quero crer que explicados aqui, mostram que aqui nós estamos falando de empréstimos com garantias, garantias de 20% a mais do que o valor do empréstimo, e que há um processo de liquidação dos ativos, de liquidação duvidosa, em andamento ou em curso. E dizia Mário Henrique Simonsen



com muita propriedade: “O custo é conhecido um pouco mais ao final, depois que se vê o que foi possível vender e os preços obtidos pelos ativos”. É equivocada essa idéia de que o custo pode ser líquido, o resultado geral da operação possa ser calculado com precisão no início do processo. Agora o que se sabe no início do processo é a magnitude, o volume das operações de crédito contra garantias que foram realizadas, mas o custo líquido final depende da venda dos ativos, e eles são expressivos. Há uma tabela que quero crer que tenha sido distribuída aqui que mostra que há uma recuperação expressiva do volume de créditos iniciais e que permitiu esse cálculo do Prof. Mendonça de Barros — existem outros —, que o custo brasileiro é e será um dos menores do mundo em relação a operações dessa natureza que acho que são defensáveis. Nós criamos um mecanismo garantidor de crédito para garantir ao pequeno aplicador brasileiro a garantia que até 20 mil reais, e, devo dizer, é a expressiva maioria das aplicações no Brasil. No caso de um desses bancos que mencionei, noventa e três vírgula alguma coisa por cento das aplicações e depósitos no banco tinham um valor inferior a 20 mil reais. Eles estão hoje protegidos pelo fundo garantidor de depósitos, cujos recursos vêm do próprio sistema financeiro. É uma taxa que é cobrada dos bancos pelos seus depósitos e constitui esse fundo, que permite garantir até 20 mil reais na suposição de que aqueles que aplicam mais de 20 mil reais têm mais informação sobre onde estão aplicando os seus recursos. Não quero entrar em detalhes aqui — tenho certeza de que perguntas virão — sobre casos dos bancos que vêm atraindo maior atenção nesta Comissão, Econômico, Nacional, o BAMERINDUS, tenho certeza de que virão algumas perguntas sobre isso, mas queria dizer, primeiro: qualquer Ministro da Fazenda, qualquer Presidente de Banco Central, de qualquer que fosse o partido que estivesse se defrontando com uma situação como essa e que fosse responsável, e não irresponsável — acho que todos seriam responsáveis —, não teria feito uma coisa muito diferente do que foi feito, tanto no PROER quanto nos PROERs dos bancos comerciais estaduais, quanto no fortalecimento das instituições financeiras federais, porque, na verdade, não fazê-lo significaria correr um risco de conseqüências imprevisíveis para o funcionamento do sistema, que o sistema bancário brasileiro hoje é reconhecido internacionalmente. Não é opinião minha, não é opinião nossa, é uma opinião de analistas externos de várias áreas e vários



setores privados e públicos dos setores oficiais do resto do mundo, que consideram que o sistema bancário brasileiro é um sistema sólido, e essa solidez foi alcançada por conta de trabalhos que foram desenvolvidos ao longo dos últimos sete, oito anos, nesses três componentes que mencionei anteriormente: no setor privado, no sistema de bancos comerciais e estaduais, onde na verdade o custo das tentativas de resolução do problema foram em muito superiores aos custos de resolução de problemas em bancos comerciais privados. Mas foi um grande avanço porque, de longa data, nossa experiência aqui mostrou que banco comercial estadual ou que banco, na verdade, e atividade política e diretorias políticas que se renovam a cada mandato do Governador, o uso político de banco para empréstimos a governos e empresas de Estado são questões problemáticas, que devem ser evitadas. Essa é a razão que nos levou a um processo através do qual o Banco do Estado do Rio de Janeiro; o Banco de São Paulo; os dois bancos de Minas Gerais, Crédito Real e Banco de Minas Gerais; o Banco do Estado do Paraná; o Banco do Estado da Bahia; o Banco de Pernambuco; o Banco da Paraíba; o Banco do Estado de Goiás e agora, nos próximos meses, o Banco do Amazonas, Ceará, Piauí e Santa Catarina estão em processo de privatização. Acho que isso fortalece o sistema bancário brasileiro, e os próprios Governadores hoje se convenceram de que o benefício que deriva de manter e capitalizar um banco comercial estadual é muito menor do que era no passado. Quando havia inflação alta, crônica e crescente, o banco era uma forma de passar ao largo de restrições orçamentárias e, através de empréstimos, muitas vezes determinados sem uma apropriada análise de risco de crédito da operação, eram formas temporárias e transitórias de lidar com restrições orçamentárias. No caso das instituições financeiras federais, nós capitalizamos o Banco do Brasil, em 1996. Agora, nesse período mais recente, fizemos um profundo processo de mudanças, que faz com que Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste e BASA sejam hoje instituições muito melhores, mais eficientes, mais competitivas do que jamais foram na história deste País. Eu não queria me estender demais, Sr. Presidente. Era melhor encerrar por aqui, dizendo que muita gente, talvez em particular o cidadão comum, não dado a tecnicidades, ou não motivado por considerações exclusivamente de natureza política, de pura crítica ao Governo, numa crítica equivocada, que o único objetivo dessa questão era — volto a usar a



expressão que ouvi dezenas de vezes — salvar banqueiro falido, que é um equívoco. Muito cidadão brasileiro talvez não tenha interesse, mesmo, de mergulhar nas technicalidades, detalhes técnicos do PROER. Talvez não saiba exatamente o que é. Mas eu queria dizer que, graças ao PROER e graças ao PROES o cidadão brasileiro também não sabe o que é uma crise bancária, do tipo que viveram vários países, e não só em desenvolvimento, mas países desenvolvidos também. Ela foi evitada, e poderia ter tido lugar, caso nós tivéssemos uma postura passiva e assistíssemos sem ação a uma falência de um banco de porte com três, quatro milhões de depositantes. Volto a dizer, cidadãos brasileiros e brasileiras, pequenas empresas brasileiras, aplicadores de todo o tipo, que perderiam as suas aplicações no caso de uma falta de ação por parte do Governo. De modo que eu acho que sempre há detalhes e questões que podem ser discutidas, com aquele benefício de, passados cinco, seis, sete anos — porque sempre é possível alguém descobrir-se um gênio sobre coisas passadas, já com benefício de tê-las conhecidas —, mas eu quero assegurar, para aqueles que tinham a responsabilidade de tomar decisões difíceis, em momentos tensos, com possibilidades e riscos extremamente elevados, no geral, as decisões foram corretas. E é uma das razões pelas quais o sistema bancário brasileiro, hoje, volto a dizer, é doméstica e internacionalmente reconhecido como um sistema sólido. E a supervisão e regulação bancária no Brasil, que aprendeu com os erros do passado, que veio corrigindo deficiências que havia no passado ao longo desses tempos, hoje é muito melhor do que jamais foi na história deste País, o que não quer dizer que não possa e não deva ser melhorado. Esse é um processo que se desdobra no tempo e que eu acho que vem melhorando. Há falhas aqui e ali a serem corrigidas. Há problemas que existiram, que existem e que existirão aqui, como em qualquer país, dada a sofisticação de alguns dos participantes e procedimentos que ficam numa zona cinzenta entre o permitido e o não permitido, questões de ligações internacionais, com as quais o Brasil vem tendo uma posição extremamente ativa, como o combate a certos tipos de ações em paraísos fiscais e centros **off-shore**. O Brasil é parte, hoje, de uma ação efetiva internacional contra certos tipos de procedimentos. Eu acho que o balanço dos últimos anos nessa área não é, de forma alguma, um balanço negativo. Embora, volto a insistir, nós, e qualquer Governo que venha a nos suceder, teremos



que dar continuidade a esse processo. E é nisso que eu baseio a minha confiança em um gradual processo de melhora dessa questão de regulação, supervisão bancária, detecção de fraudes, inconsistências e fortalecimento do sistema. Não foi outro o propósito. Eu concluo aqui, Sr. Presidente, dessas medidas ao longo dos anos que fortalecer o sistema bancário brasileiro, o sistema privado; resolver problemas graves do sistema comercial estadual, onde havia problemas monumentais, no contexto de estabilidade relativa de preços, e fortalecer as instituições financeiras federais. Essa não é uma tarefa que se conclua em caráter definitivo em determinada data, mas é um processo. E eu acho que o processo vem caminhando na direção correta. Era o que eu tinha a dizer, à guisa de introdução. Estou à disposição da Mesa e dos Parlamentares presentes para o debate que se seguirá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Diante do número de Parlamentares inscritos, eu pediria a compreensão dos Parlamentares em relação à seqüência da lista de inscrição, e também a colaboração para que todos possam, efetivamente, ter a oportunidade de se manifestar, em razão do número de inscritos.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO - Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO - Eu gostaria de sugerir à Mesa que as respostas do Sr. Ministro fossem dadas à interpelação de dois em dois Parlamentares.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Pela ordem, para contra-arrestar, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO - Apenas isso. Como sugestão, Sr. Presidente, quero frisar bem.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Eu quero contra-arrestar. Comissão Parlamentar de Inquérito não tem nada a ver com audiência pública. Eu quero que esta CPI mantenha o procedimento que tem mantido para aqueles Parlamentares que têm comparecido a todas as sessões da CPI, que é o de pergunta e resposta. Isto não é uma audiência pública para esclarecimento de políticas gerais. Isso é uma Comissão de investigação. Eu faço questão absoluta de manter o Regimento neste ponto.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Pela ordem, o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu não vou solicitar a possibilidade que eu tenho, neste momento, de ser o primeiro a fazer inquirição ao depoente. Agora, evidentemente, solicitaria aos Srs. Deputados — nós não pretendemos fazer disso daqui um processo... um processo esclarecedor, sim — que fossem o mais objetivos possível, tanto nas perguntas quanto nas respostas. É o que eu solicitaria a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Ivan Valente, até para que ganhemos tempo, eu reitero o compromisso de encaminhar como é o procedimento da CPI. E o apelo que fiz foi de colaboração. De forma alguma, mudar qualquer procedimento. Então, pela ordem, concedo a palavra para as suas inquirições ao Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, lamentavelmente, o nosso Ministro Pedro Malan, que normalmente, com toda a divergência que tenho, sou obrigado a reconhecer que é um debate que eu gosto de fazer, pelo brilho das argumentações, dessa vez foi pouco original. V.Exa. apenas reproduziu os depoimentos que vem dando sobre isso desde 1995, como se nada tivesse de novo aparecido, antes mesmo da intervenção do BAMERINDUS. Os argumentos são os mesmos. Eu quero dizer que nunca usei a expressão que o PROER é um instrumento para salvar banqueiros falidos. Eu uso outra expressão: o PROER é um instrumento que privilegiou banqueiros escolhidos, o que é outra coisa. E dizer que banqueiros falidos perderam tudo? Eu não sei se perderam tudo. A situação deles, hoje, pessoal, não é uma situação... alguns até ameaçam ter condições, pelos lucros auferidos com títulos que lhes foram trocados, em termos de dívida pública, muito embora não se discorresse atrás daquilo que evadiram de divisas, hoje até podem ter recursos materiais para se tornarem banqueiros dos mesmos bancos, tal o lucro que obtêm com esses títulos de correção. A segunda questão que eu queria colocar é que esse PROER veio para salvar correntistas, o que não é correto no meu modo de ver, também, bastando



analisar os dados do Banco Central da ocasião. Ou seja, o Banco Nacional, no momento da sua intervenção, que se lhe aplicou o RAET, tinha como ativo de correntistas algo em torno de 2 bilhões e 700 milhões. O que se aplicou ali foi perto de 7 bilhões na primeira mão. A mesma coisa com o Banco Econômico. Correntista foi menos da metade do que... Aliás, e mais, o buraco do Banco Econômico, quando começou a operação do Banco Central em cima dele, em abril — eu digo a operação concreta —, era de 700 milhões. Chegou a 2 milhões, 2 bilhões e 700, 3 bilhões e 900 no momento da intervenção. Buraco reconhecido. Ou seja, nessa operação lenta, submetida a interesses políticos, nós perdermos 2 bilhões e 600 milhões? Aí, é por incompetência, mesmo. Não sei se é só do Banco Central, ou se é da equipe econômica no seu conjunto, que não tinha ainda força política para os enfrentamentos que tinha que fazer com quem patrocinava o Banco Econômico. O sistema financeiro é sólido no Brasil? Eu não tenho nenhuma dúvida. Nenhuma dúvida eu tenho de que o sistema financeiro brasileiro é sólido. O sistema financeiro privado quer se associar aos bancos internacionais. O problema é excitar e aceitar as **enquêtes** internacionais quando elas se referem ao simultâneo, no período de sete anos, desenvolvimento do índice de desenvolvimento humano do País. É bom dizer que o sistema financeiro brasileiro é um exemplo? Eu não tenho nenhuma dúvida. Aliás, é, fundamentalmente, o que o meu partido diz: este Governo produziu uma excelente concentração de capital na mão de alguns banqueiros. O problema é que o que se produziu de riqueza produziu, simultaneamente, um grau de depredação das condições sociais deste País desconhecidas, incomparáveis no nosso período republicano. Então, vamos à questão — aliás, V.Exa., muito cuidadosamente, não usou uma expressão que todo mundo está usando, mas que já usou em outras ocasiões: não falou no risco sistêmico. O PROER era algo que tinha como fundamento o risco sistêmico, a partir do perigo da intervenção no Econômico. Só para falar das questões gerais, quero dizer que, simultaneamente, com todos os exemplos que foram dados, o Banco Barings teve uma quebra de 1 bilhão, prejuízo que lhe foi aplicado por um golpista competente — aliás, eu torci por ele, contra o banqueiro. A City não teve nenhum problema. Aceitou tranqüilamente o fechamento de um banco tradicional inglês, e não abalou coisa nenhuma lá. Mas, no Brasil, o risco era grande, porque os depósitos começaram a se evadir dos bancos



privados e foram para os bancos públicos ou internacionais. Aqui, não se lêem os dados do próprio Banco Central, que são bem-feitos e dão o seguinte levantamento: a intervenção do Banco Econômico se deu em agosto de 95, quando havia depósitos à vista, a prazo e na poupança, na ordem de 91 bilhões e 900 milhões nos bancos nacionais públicos; 65 bilhões e 200 milhões nos bancos privados nacionais; e 10 bilhões nos bancos estrangeiros. Não houve nenhuma queda. Manteve-se o patrimônio, enfim, os índices de depósitos à vista, a prazo e poupança nos bancos privados, no mês de setembro. No mês de outubro, subiu para 66 bilhões. No mês de novembro, foi para 67,7 bilhões, quando se dá o PROER. Ou seja, de agosto a novembro, há um aumento de 2 bilhões e 500 milhões de dólares nos bancos privados, porque, nessa ocasião, o real era igual ao dólar. Quem quisesse, trocava. Mesmo que não fosse concreto, era real. Em dezembro, já eram 69 bilhões e 400 milhões. Então, não é esse o problema, absolutamente, de risco sistêmico que haveria. Pelo contrário: já aplicado o PROER, vamos ver, em dezembro, uma queda. Ou seja, o PROER é que assustou os depositantes, porque, em dezembro, o total de depósitos desce de 69 bilhões para 67 bilhões, o que não é terrificante, porque são 2 bilhões a mais que na intervenção do Banco Econômico. Mais que isso: recentemente, houve publicação de um importante levantamento feito pelo **Jornal do Brasil**. O que vale, realmente, é o lucro recorde dos bancos no período do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1994, o Itaú amealhava 320 milhões de dólares. Em 1995, ano da crise do sistema financeiro, o lucro do Itaú foi para 373 milhões. O mesmo aconteceu com o BRADESCO, que subiu 100 milhões; o mesmo aconteceu com o UNIBANCO, que subiu 30 milhões, porque era pequeno. Eu não sei como o UNIBANCO comprou o Nacional — vamos tentar apurar na CPI. Todos, enfim. Só um banco, um setor que teve prejuízo, de 94 para 95 e 96, foi o Banco do Brasil, que foi o instrumento usado pelo Tesouro, pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, para a operação ilegal de empréstimos para bancos privados em situação precária — compra de crédito, como foi o caso do BAMERINDUS —, em que uma carteira imobiliária estava à venda, antes da intervenção, por 1 bilhão e 200 milhões. Não se autorizou a venda dessa carteira imobiliária e o HSBC conseguiu vendê-la para a Caixa Econômica, depois da intervenção, por 2 bilhões e meio. Se a gente vai fazendo só essas continhas nas considerações gerais, olha o



que tem de bilhão de dólar. Então, eu só queria deixar, em termos gerais, essa questão, para entrar nas perguntas concretas. Em primeiro lugar, eu queria perguntar ao Sr. Ministro Malan: V.Exa. participou, evidentemente, da formulação geral da política do PROER. Não participou da gerência do PROER, concorda? *(Pausa.)* Não, é que eu quero perguntar, no esquema de pergunta e resposta: V.Exa. participou só da formulação. V.Exa. não participou da condução, digamos, cotidiana?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria ao Deputado Milton Temer que, pelo menos, terminasse a pergunta e deixasse o Ministro responder.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não. É isso que eu estou perguntando. Mas é que S.Exa. não respondeu, e eu reiterarei. Quanto ao cuidado do Relator, eu queria invocar o direito, a isonomia que a Constituição dá a todos os cidadãos, para que não se dê ao Ministro Malan — que é um quadro competente e não precisa de ajuda — uma atenção e uma cobertura especial, que não foi dada a nenhum dos outros participantes desta CPI. Ninguém vai desrespeitar o Ministro aqui, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É isso o que eu quero de V.Exa. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Eu só quero reiterar o seguinte: qual é o procedimento da CPI? Não se aplica o Regimento com relação a uma audiência pública. Nós estamos aplicando, subsidiariamente, o Código de Processo Penal. Evidentemente, o apelo que faço é diante do número de inscritos. Daí, o pedido de objetividade e colaboração.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Eu vou fazer poucas perguntas, apesar de ter muitas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Faço esse esclarecimento a todos os colegas.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Quero poupar tempo com essa preocupação, que nunca houve antes. Se não me interromperem, a gente vai avançar muito mais rapidamente. Eu vou ser rápido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Assegurada a palavra ao Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Pergunto o seguinte: como Presidente do Banco Central, V.Exa., no início do ano de 94, abriu um procedimento, uma denúncia contra as irregularidades que o Banco Central havia constatado no Banco Nacional. É fato isso. Não é fato, Ministro?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado Milton Temer, como Presidente do Banco Central, eu encaminhei dezenas, talvez centenas de comunicações ao Ministério Público sobre questões as mais variadas. É bem possível que tenha encaminhado essa também.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, houve essa. Agora, o que essa tem de especial — em 1994, nós estávamos em ano de eleição? É que essa sua representação contra as irregularidades do Banco Central foi arquivada na Polícia Federal e desarquivada pelo Ministério Público, que não concordou. E a alegação da Polícia Federal era de que não podia proceder ao inquérito porque, no meio do ano, não conseguia obter dados do próprio Banco Central para fundamentar o inquérito que o Banco Central tinha aberto no começo de 94. Por que houve essa mudança de procedimento? O senhor se lembra?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, volto a dizer: foram dezenas e centenas, num procedimento normal, as comunicações ao Ministério Público. Elas só chegam ao Presidente do Banco Central, nesse período que eu exerci, quando são trazidas ao Presidente do Banco Central. Obviamente, como são — volto a insistir — centenas de comunicações, não é uma das minhas atribuições acompanhar exatamente o dia-a-dia ou que tipos de procedimento a Polícia Federal ou o Ministério Público está utilizando para avançar na investigação sobre uma determinada irregularidade.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Pois é.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Inúmeras delas não foram analisadas, não foram avançadas por razões as mais variadas. Eu não saberia lhe dizer aqui, agora, neste caso específico, qual foi a razão.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, é que o Banco Central já vinha...



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Asseguro que é possível a Comissão obter essa informação.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Digo a V.Exa. por quê. Porque o Banco Central estava na pista do Banco Nacional com idas e vindas, que no meu modo de ver tinham muito a ver com deliberações e comandos políticos, há muito tempo. Quer dizer, o Banco Nacional não era qualquer unidade, não era uma unidade bancária desprezível. O Nacional, com o BAMERINDUS, eram os principais bancos de varejo da época, acima do BRADESCO e do Itaú, inclusive. Por que eu digo isso, Ministro?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu entendi que nós vamos começar a debater aqui e agora, então?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, é porque tem pergunta e resposta. É só para poder encaminhar, para ganhar tempo.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Só para entender, porque eu tenho muitos comentários a fazer sobre o que V.Exa. disse antes. Eu quero saber se eu posso começar a fazê-los agora, também.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Não, espere aí. V.Exa. tem direito de fazer quando quiser. Eu só quis contra-arrestar porque a intervenção de V.Exa. teve um lado inicial que, de uma certa forma, é a defesa da posição política do Governo e a “incompetência” — entre aspas — da Oposição de criticar. Eu só levantei alguns dados concretos para dizer que não foi exatamente incompetência; foi uma formulação em cima de algo que tinha base nos números do próprio Banco Central. Inclusive, poupei-o dizendo que V.Exa., pelo menos, não nos brindou com a formulação do risco sistêmico, que foi a constante de todos os outros que o antecederam. Então, eu o poupei, dizendo que V.Exa. não recorreu a isso, mas é um dado concreto de uma das alegações do PROER. Por que eu pergunto sobre essa questão do Nacional? Porque essa questão, para mim, não ficou elucidada até hoje. Eu digo o que é: numa manchete do caderno de economia de **O Globo**, o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, diz, de maneira explícita, que o Presidente Fernando Henrique “Sá” Cardoso sabia antecipadamente das fraudes que havia no Banco Nacional. Evidentemente, V.Exa. não é obrigado a entrar em



detalhes sobre isso. Eu quero saber se havia uma coincidência do conhecimento dessas irregularidades anteriores e se houve alguma deliberação política.

(Intervenção ininteligível. Falha na gravação.)

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Eu só queria saber se o senhor tinha conhecimento concreto dessas irregularidades que vieram a resultar na apuração posterior de 652 contas fraudulentas no Banco Nacional, a que se referia o Dr. Gustavo Loyola.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deixe-me responder a isso. Vou ligar a resposta à pergunta anterior, porque agora me vem à mente algo que talvez esteja por trás da sua pergunta — se eu estiver errado, o senhor me corrija. Realmente, essa comunicação ao Ministério Público e à Polícia Federal, no caso do Banco Nacional, teria me passado despercebida, como eu disse, porque eu assinei dezenas e centenas delas no meu período lá — não sei o resultado de muitas delas até hoje; o próprio Banco Central não sabe que rumo tomaram. Esse caso específico veio à tona exatamente logo depois da operação do PROER, que levou à compra do Banco Nacional pelo UNIBANCO, porque isso foi desengavetado. Era uma operação cambial, Deputado, de 1989, em que o banco se beneficiou do deságio que havia entre a cotação do dólar no mercado paralelo e a cotação oficial de uma maneira que o Banco Central considerou indevida, e foi com base nessa operação cambial de 89 que a comunicação foi feita. Quando houve a intervenção no Banco Nacional e o seu processo de venda, alguns, por motivos que declinarei de comentar aqui, procuraram estabelecer uma relação absolutamente indevida entre os dois efeitos. Disseram que havia ocorrido uma comunicação de irregularidade enviada ao Ministério Público, em 89, sobre fraude cambial, numa operação específica de conversão de dívida e que, portanto — aí vem a maldade e a má-fé política —, o Banco Central sabia, desde 1989, das irregularidades do Banco Nacional e, na verdade, deixou as coisas acontecerem até outubro, novembro de 1995, quando houve a intervenção. Tanto é que esse processo foi adiante e eu me lembrei agora dele porque eu tive que fazer um depoimento à Justiça Federal, que está disponível para o senhor. Teve um juiz que compareceu ao meu gabinete, acompanhado de pessoas do Ministério Público, que, devo dizer, procuraram fazer essa associação indevida no curso da investigação. Ficou claro no depoimento — eu não sei onde



está o processo —, de que eu tinha a consciência absolutamente tranqüila de que o que estavam procurando ali era uma associação absolutamente indébita entre um evento de fraude cambial, de operação de conversão de dívida de 89 — uma operação específica, num valor pequeno —, com a idéia de um conhecimento das irregularidades e da fraude que foi descoberta, infelizmente, só em setembro, outubro de 1995. Isso era o que eu tinha a dizer sobre a primeira observação. Só me lembrei agora por conta do meu depoimento, que é público, que está disponível para quem estiver interessado, mas a associação foi indébita, indevida, absolutamente incorreta. Se o Presidente da República sabia das fraudes que havia no Banco Nacional, a resposta é não. Foi comunicado quando nós tomamos conhecimento da fraude, poucas semanas — não me lembro exatamente quantas — antes da decisão que nos levou à operação de resolução rápida da situação. E eu queria dizer algo (*falha na gravação*). Eu queria fazer justiça aqui ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Como o senhor sabe, isso foi, de maneira malévola, também explorado à época. O Presidente tem um filho, que à época era casado com uma pessoa da família dos controladores do banco, e com base nisso, buscaram...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Ela era controladora também. Ela era parte dos controladores.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - A família controladora. Eu não sei exatamente qual era o seu papel. Era mais na área cultural do banco. Mas, enfim, procurou-se fazer a associação malévola. Eu quero dizer o seguinte: eu comuniquei, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que essa fraude havia sido descoberta, que nós estávamos fazendo uma intervenção com vistas a destituir os acionistas controladores e declarar a sua indisponibilidade de bens, o que afetava netos e netas do Presidente, e que não tínhamos alternativa senão tomar aquela decisão. O Presidente, com uma serena tranqüilidade, me disse: "Faça o que tem que ser feito". A mesma coisa foi no âmbito da questão do Econômico.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Ou seja, foi antes da intervenção. O senhor se lembra quando?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Alguns dias antes, quando nós vimos que não tínhamos alternativa, que o que tínhamos que fazer, naquele momento, era a intervenção, à luz da descoberta das fraudes que existiam no banco. E o



Presidente me disse: “Faça o que tiver que ser feito”. Em nenhum momento, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez qualquer tentativa de nos mover numa direção ou outra, seja no Econômico, seja no Nacional, seja no caso do BAMERINDUS. Eu queria dar, de público, este depoimento sobre o comportamento absolutamente correto do Presidente, que não tratou dessa questão em nenhum momento, nos dizendo que seguíssemos o que a lei determinava, o que achávamos que era o melhor curso de ação para o País. Já que eu estou com a palavra, eu posso falar? É um prazer ouvi-lo, Deputado. Eu queria aproveitar para agradecer aqui a sua gentileza. Apesar de estarmos em campos opostos políticos...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - O que eu lamento...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu sempre tive um grande respeito e admiração por V.Exa.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - ...porque eu já fui um seguidor de muitas coisas que V.Exa. escreveu.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - E vice-versa.

(Não identificado) - Está em tempo ainda.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Se ele mudar de novo, eu posso ser.
(Risos.)

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - E vice-versa. Mas eu queria agradecer as palavras e dizer que respeito a sua combatividade, o seu espírito aguerrido, a sua vontade de ir a fundo nas questões. Eu sei que o que lhe move é o interesse público, e eu fico satisfeito em ver que o senhor reconhece que também é o que me move nessa questão. Deixe-me fazer um comentário rápido sobre a sua intervenção inicial, senão eu vou perder — eu sei que há mais perguntas —, a oportunidade de fazê-lo e vou me esquecer o que eu ia dizer, porque estou guardando na cabeça algumas das coisas que o senhor disse. Primeiro, o senhor, num tom de certa frustração, disse que a minha intervenção inicial, na verdade, não havia trazido nada de novo, que era uma repetição de depoimentos. Eu estive inúmeras vezes, nesta Casa e no Senado, falando sobre esse mesmo assunto e defendendo a mesma posição. Eu acho, Deputado, com todo o respeito, que isso é um sinal de coerência e consistência. Seria estranho que o senhor me dissesse: “O senhor esteve aqui uma vez e disse uma coisa; esteve aqui outra vez e disse o oposto; esteve aqui



outra vez e disse uma terceira coisa”. O fato de eu ter uma visão, que apresento com coerência e consistência onde quer que seja chamado a fazê-lo, eu não vejo como algo negativo. Pelo contrário, o senhor pode não gostar da maneira pela qual eu apresento as coisas, mas eu tenho certeza de que, em todos os momentos em que falei aqui, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, publicamente e em outros foros, eu sempre expressei a maneira pela qual, certa ou errada, eu vejo e analiso essa questão. Portanto, eu não considero que coerência e consistência sejam questões criticáveis e negativas. Deixe-me dizer: eu não me referi, de forma alguma, ao senhor, especificamente, quando disse que ouvi, dezenas de vezes, o discurso fácil de que o PROER foi feito para salvar banqueiros falidos. Mas, Deputado, eu posso lhe assegurar que essa expressão foi dita, repetidas e reiteradas vezes, por pessoas do seu próprio partido. Eu não disse que foi o senhor que disse isso, mas eu posso fazer uma pesquisa na imprensa. A imprensa fará a pesquisa, e eu tenho certeza absoluta de que encontrará dezenas de ocasiões em que Parlamentares do seu partido usaram a expressão de que o PROER foi feito para salvar banqueiro falido, o que eu acho um equívoco, porque não foi esse o seu propósito, de forma alguma. Não havia nenhuma intenção de lhe atingir pessoalmente nessa questão, mesmo porque eu não gosto de críticas pessoais — eu gosto de discutir questões. O senhor me disse que ele veio para salvar competidores.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Para salvar, privilegiar banqueiros escolhidos.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu queria recusar categoricamente essa interpretação, porque dá uma idéia de que nós selecionamos um ungido, para usar sua expressão, e dissemos: “Ao senhor caberá o banco tal”, falido, quebrado. Esse é um processo em que, na verdade, os pretendentes aparecem. No caso do Econômico, por exemplo, a que o senhor fez referência, o Dr. Ângelo Calmon de Sá passou vários meses, do início de 95 até 11 ou 13 de agosto, quando nós fizemos a intervenção, em conversas com vários outros banqueiros, nacionais e internacionais, buscando participação acionária, capitalização do seu banco. A situação foi se deteriorando, e nós tomamos a decisão da intervenção em agosto, porque ele não foi bem-sucedido nas suas tentativas de encontrar um parceiro estratégico, seja



entre os bancos nacionais com que conversou, seja com os internacionais. O senhor tem razão: a situação estava se deteriorando, e nós dissemos: “Olha, não vamos continuar aguardando que surja um interessado, porque, se até agora não surgiu, é improvável que surja no momento”. Posso lhe assegurar, Deputado, que não houve nenhuma — para usar sua expressão — falta de força política de nossa parte para resistir à decisão. Quando nós tomamos a decisão, nós a tomamos e a implementamos. Como o senhor sabe, houve um movimento, digamos assim, de Parlamentares do Estado em que se localizava o banco, para que ele fosse vendido por 1 real para o banco daquele Estado. Nós dissemos que não faríamos tal coisa porque o banco daquele Estado, a nosso ver, não teria condições de absorver um banco do porte do Econômico, com os problemas que tinha. E não tivemos nenhum problema de considerações de natureza política, antes; tivemos depois, que são conhecidos, que foi a insatisfação, que é pública, de várias pessoas com a decisão que tomamos e comunicamos. O senhor me diz que o sistema financeiro é sólido, e eu anotei aqui uma expressão sua, Deputado, de que o senhor não tem dúvida disso, que o senhor também acha que o sistema bancário e financeiro brasileiro, hoje, é sólido. Mas me permita uma lembrança, já que o senhor está me forçando a viagens no tempo da memória: o senhor mesmo me entregou, quando eu estive num debate aqui no Congresso, uma ação pública — não sei se era uma ação civil pública; eu lembro que o senhor era o principal assinante — contra isso. A frase inicial era praticamente esta: “Não há dúvida” ou “Há um consenso” ou “Como é sabido, o sistema bancário brasileiro encontra-se em estado falimentar” — ou pré-falimentar. Essa era a frase de abertura de uma ação que o senhor mesmo me entregou pessoalmente. Eu estava sentado à mesa; o senhor veio, gentil como sempre, e disse: “Olha, está aqui a ação com que eu acabei de entrar contra o Governo”. Eu li a primeira frase, e estava lá, taxativamente, afirmado: “O sistema, como é sabido, está em estado falimentar” ou pré-falimentar — uma dessas coisas. Então, eu fico satisfeito de o senhor, hoje, passados alguns anos, reconhecer que o sistema bancário brasileiro é sólido, que o senhor não tem dúvida a esse respeito. Portanto, eu tomo isso como um sinal de que a frase inicial da sua ação — de que eu tenho uma cópia e posso lhe mandar, se o senhor tiver esquecido — dizia o oposto. Sobre a comparação com a evolução do IDH nesse período, como há outros



Parlamentares inscritos, eu virei aqui, Deputado, ou lhe receberei para conversar, se o senhor quiser, com o maior prazer, para lhe mostrar que não é correta a percepção que, por razões políticas, alguns procuram vender, de que houve uma deterioração das condições sociais, dos indicadores sociais do Brasil durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. O oposto é que é verdadeiro. Isso aparece inclusive no IDH e em vários outros indicadores sociais, como indicarão análises serenas, isentas e não motivadas por paixão política. É claro que há muito por se fazer. O Brasil é um País de enormes mazelas, injustiças e desigualdades, que tomarão tempo para serem equacionadas. Eu fico satisfeito que os próprios Parlamentares, Governadores e Prefeitos de partidos de oposição reconheçam que não há mágicas, piruetas; o que importa é o trabalho sério e persistente, mas não é correto que o Brasil vem piorando nessas dimensões. Só para terminar esta parte, vou dizer algo que tenho repetido de público, numa linha de coerência e consistência: não há nenhum Governo, na história deste País, que tenha destinado um percentual tão elevado do Orçamento de custeio e investimento do Governo Federal para a área social. Nenhum outro Governo, na história deste País, destinou o percentual que o Governo Fernando Henrique Cardoso destina para a área social. Isso é dado de realidade, é um fato. O último comentário que eu queria fazer sobre essa questão é que o senhor tem razão: eu realmente não usei a expressão “risco sistêmico”, porque essa é uma questão que sempre tem um elemento de julgamento envolvido. Alguém pode dizer: “Bom, se tivessem simplesmente deixado quebrar o Econômico, o Nacional e o BAMERINDUS, talvez o sistema tivesse sobrevivido sem problema”. Talvez não, e é um risco que um administrador responsável não deve correr. Nós preferimos não correr esse risco, porque eu acho que ele era extremamente elevado, como quer que seja a adjetivação que se lhe dê. Sobre o caso Barings, deixe eu só lhe lembrar uma coisa. O senhor tem razão: é uma instituição das mais antigas do mundo — financiou as guerras napoleônicas — e quebrou, por uma especulação em derivativos e futuros de um jovem operador de Cingapura. Mas não é que ele quebrou e não aconteceu nada; o Barings foi vendido por uma libra, para o Ing, um banco holandês, que assumiu todos os passivos e ativos do Barings. Não é que deixaram quebrar e não fizeram nada. Houve uma



transferência de acionista controlador, por uma libra, para um grande banco internacional, que assumiu a responsabilidade.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Sem nenhuma aplicação do Tesouro inglês.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Tem razão. Sem nenhuma aplicação do Tesouro inglês.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - É essa a diferença entre nós. Eu estou inteiramente de acordo com essa solução.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Certo. Eu não sei quais foram as conversações, digamos, informais, que tiveram lugar entre os reguladores ingleses e entre os reguladores holandeses, porque isso não foi dado a público. Agora, deixe-me só ilustrar, Deputado: o senhor se lembra de que, em setembro de 1998, faliu um grande **hedge fund** norte-americano, aquele Long-Term Capital Management Hedge Fund que tinha — suprema ironia — dois Prêmios Nobel de Economia como consultores para suas aplicações. Aquela era uma possibilidade de risco sistêmico — a expressão não é minha. Em abril do ano seguinte, saíram três relatórios: relatório do Tesouro e do FED americano; o relatório do General Accounting Office, que é do Congresso norte-americano, bipartidário; e o relatório do próprio mercado. Em dois desses relatórios, há a expressão “risco sistêmico”, de uma falência de um **hedge fund** daquela dimensão, que tinha um capital de quatro, tinha tomado empréstimos de cem e tinha aplicações em derivativos de quase 1 trilhão de dólares. O senhor tem razão: não houve uso direto de dinheiro público, mas foi resolvido porque o Federal Reserve americano chamou os catorze maiores bancos privados norte-americanos e alguns estrangeiros, sentou-os numa sala ao longo de uma noite e disse: “Ou bem vocês colocam aqui 4,8 bilhões de dólares” — se não me engano — “ou nós tomaremos outras providências”. Os bancos preferiram arcar com os 4,8 bilhões e procurar uma solução para o problema. Eu não tenho dúvida, se os bancos tivessem se recusado a fazê-lo, de que o governo norte-americano, assim como fez com as associações de poupança e empréstimo, como eu falei, com o Banco da Continental Illinois e o Banco da Nova Inglaterra, também teria buscado uma forma envolvendo recursos públicos, para não correr o risco de um problema sistêmico de pagamentos, de falências de grandes **hedge funds** americanos. Foi pressão do



setor oficial e regulador sobre o setor privado: "Ou bem vocês fazem isso ou, então, nós pensaremos em outras providências". O último comentário — me desculpem — é que eu volto a insistir: o PROER salvou milhões de depositantes, cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras, da perda total, porque nós não tínhamos um mecanismo de fundo garantidor de depósitos naquela época. Se os bancos tivessem simplesmente sido levados a uma falência desordenada, eles teriam perdido totalmente as suas aplicações. Eu acho que isso é algo a evitar e, volto a dizer, tenho certeza de que um Ministro da Fazenda e um Presidente do Banco Central petistas, no exercício da função, defrontados com um problema como aquele, não permitiriam que milhões de depositantes brasileiros tivessem uma perda total das suas aplicações em bancos, porque agiriam com o mínimo de responsabilidade nesse contexto e, não, com discursos contra banqueiros, em geral. Perceberiam que havia algo maior em jogo nessa questão.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Vou fazer só mais duas perguntas, porque eu quero respeitar meus amigos. O senhor me deu um espaço imenso para debate, se estivéssemos num programa de televisão ou num dia normal da Câmara, porque o senhor reforçou tudo o que eu queria dizer. É evidente que o sistema financeiro privado é, hoje, um segmento sólido no plano internacional, graças à ação da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. É exatamente o que eu digo. Não era, não; passou a ser porque houve escolha privilegiada de alguns banqueiros, para que fosse. Não vou entrar mais nesse debate porque não interessa a esta CPI; teremos outras oportunidades. Quero, então, fazer duas perguntas específicas, que fortalecem a minha tese. Quanto ao Banco Nacional, escolheu-se uma operação que gerou, inclusive, uma ação do Ministério Público. Vejo a questão por um caminho distinto. O Ministério Público abriu uma ação contra o Banco Central pelo financiamento, em 15%, de títulos do Fundo de Compensação de Variação Salarial, que foram aplicados para que se desse o PROER ao Nacional, um banco cujas fraudes se conheciam dias antes da intervenção. Ou seja, o Nacional recebe recursos, do Banco Central, para comprar os títulos em provisão que estavam no UNIBANCO, no Itaú e no Real. Esses títulos, que não tinham nenhum valor de aplicação no mercado, foram cotados a 50% do valor de face, o que não é legal, tendo em vista que os títulos do governo não eram aceitos para privatização. E o



Banco Central os bancou com valor de face de 50% — generosamente —, quando, no máximo, teriam sido obtidos 30% no mercado por eles. O Ministério Público fez uma ação devido a essa diferença que o Banco Central bancou por sua conta. Eu vou mais longe: do ponto de vista desses três bancos privados, o que me impede de pensar que o Banco Central e a equipe econômica escolheram, diante das carteiras desses bancos, quais eram os títulos que estavam em provisão, ou seja, os títulos sem qualificação que eles tinham já provisionado, para indicar os que o Governo receberia em garantia? O senhor entende o que eu quero dizer? Vamos nos sentar. O Dr. Moreira Salles, de plantão — tenho muito respeito, aliás, pelos três irmãos, principalmente os da área cultural —, pergunta: qual é o que está em provisão? Por que não entrou título da reforma agrária? Esse é o título que estava em provisão nesses bancos. Esses títulos, que eram já dados como prejuízo, causam inclusive um lucro extraordinário para o Real, naquele ano, por conta da negociação que foi feita e bancada pelo Banco Central. Quanto à questão do Fundo de Compensação de Variação Salarial, eu gostaria que o senhor dissesse rapidamente qual é o critério de escolha, e eu vou fazer só mais uma pergunta posterior.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Tenho dois comentários sobre o que V.Exa. tinha dito antes de chegar a essa pergunta. Deputado, com todo o respeito que lhe devo, V.Exa. afirmou que o que eu disse aqui reforça tudo o que o senhor queria dizer. Eu diria que a recíproca também é verdadeira: tudo o que o senhor disse aqui reforça tudo o que eu queria dizer, em mais de um sentido.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Então, ótimo.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Quero registrar aqui também que terei o maior prazer em conversar em outras oportunidades, não necessariamente no contexto de uma CPI, Deputado. Eu gosto de discutir e debater. Tenho prazer em fazê-lo; aprendo com o debate. Estou sempre disposto a corrigir um curso de ação quando convencido não de um discurso político, uma diatribe contra o Governo, mas de um argumento, como são os seus, com frequência. Estou disposto sempre a repensar e acredito que uma das maiores vantagens e ativos que nós temos neste País é exatamente que, à diferença de muitos outros países em desenvolvimento, nós temos um elevado grau de debate público. Costumo dizer, em outro contexto, que nunca tantos se expressaram tanto, tão livremente, com tanta eloquência, sobre



tantos assuntos, no Brasil deste início do século XXI. Eu vejo isso como algo extremamente positivo. Sobre a sua pergunta, em primeiro lugar, se o Banco Central ou o Governo escolheu ou ungiu algum banqueiro para resolver um problema, seja do Econômico, seja do Nacional, seja do BAMERINDUS, a resposta é não, no sentido de que esse trabalho, na maioria dos casos, era conduzido pelo próprio banqueiro em dificuldades, que procurava usar os seus contatos junto a bancos comerciais nacionais e estrangeiros — quando tinha dificuldades em buscar um parceiro nacional ou preferia não fazê-lo —, para buscar uma solução. No caso do Nacional, por exemplo, a que o senhor fez referência, que acabou sendo comprado pelo UNIBANCO — do qual são acionistas controladores principais a família Moreira Salles, pela qual, como o senhor também, tenho grande respeito, não só pelo Dr. Walter como pelos seus filhos, não apenas aqueles que trabalham na área cultural —, o banco que estava mais adiantado nas conversações, por exemplo, para uma eventual compra, era um banco estrangeiro, o Banco de Boston. Estava extremamente avançado, em conversações conduzidas pelo acionista controlador do Nacional. Foi uma mudança de última hora, praticamente, e não, uma decisão nossa. Especificamente sobre a questão do uso de recurso do FCVS, eu não quero entrar em detalhes aqui, porque uma das perguntas que o senhor me fez era se eu estava diretamente envolvido na operacionalização das negociações, de detalhes, de como fazer a equalização de ativos e passivos do banco que seria vendido, como lidar com o problema do banco que estava sendo separado, para ter seus ativos de liquidação duvidosa vendidos ao longo do tempo. A resposta é não. Eu já estava como Ministro da Fazenda nessa época, e com outras atribuições. Essa operacionalização era conduzida no âmbito do Banco Central. Na questão do FCVS, que o senhor mencionou que foram utilizados por 50% do valor de face, o senhor disse duas coisas e há uma certa incompatibilidade entre as duas. Não havia uma clara indicação do valor de mercado para esse título. Não obstante, o Banco Central utilizou, uma vez que tinha que usar alguma coisa — se não havia um mercado que dissesse qual era exatamente o deságio ou o valor de mercado desse título —, cinquenta por cento o valor de face. Mas, na mesma pergunta, o senhor disse que, se houvesse um mercado, esse deságio seria da ordem de 70% ou mais; portanto, o



valor de mercado seria em torno de 30%. Aí, estamos na fase de um julgamento, em que uma opinião pode ser tão boa ou tão ruim quanto outra.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Para os bancos, era zero o valor, porque estavam em provisão. Não era nem 30%; era zero.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu não sei qual era a proporção dos que já estavam provisionados em algum banco ou não. Eu sei que havia parte sim, parte não. Não sei dizer qual era a proporção. Mas o fato é que estávamos falando de uma operação de médio e longo prazo, às vezes operações de vinte, trinta anos. Portanto, a idéia de um valor médio do deságio, ao longo do médio e longo prazo, quando não havia uma clara indicação de mercado, é, de novo, com toda franqueza, um ato em que há julgamento envolvido, do qual outros podem legitimamente discordar. Mas eu não estava envolvido nessa operação. Vou dar um exemplo: hoje existe um deságio dos títulos da dívida externa brasileira. O C-Bond está em 0,76 centavos de dólar — pelo menos até ontem —, com um deságio de 24%. Nós não temos idéia, porque vai depender do que vai acontecer com o Brasil e com o mundo, de qual vai ser o deságio médio de um título, um C-Bond brasileiro, ao longo dos próximos dez, quinze, vinte anos, por exemplo. O senhor pode ter uma hipótese, eu posso ter a minha, e uma é tão boa ou tão ruim quanto a outra. Algum elemento de julgamento tem de ser feito nessa questão. Existe, aí, uma indicação de mercado. Nós sabemos quanto ele é hoje, conhecemos a história, quanto evoluiu nesse período, quanto variou, mas, no caso, a história era mais complexa, já que não havia um claro indicador de mercado. É o que eu tenho a dizer sobre essa questão específica. É uma das questões, por exemplo, que na linha investigativa, que eu mencionei anteriormente, do trabalho de CPI, deveria ser aprofundada. Mas eu não sou a pessoa mais indicada para responder sobre o detalhe da operação, mesmo porque ela foi diferente. Em cada um desses casos, foi equacionado o problema de ativos e passivos do banco ruim e do banco bom, nesse contexto. Cada caso é um caso, como sabemos.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Estou satisfeito. Só queria fazer uma última pergunta: o senhor disse que não teve envolvimento com nenhuma participação no cotidiano do PROER.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Na operacionalização.



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Então, existe uma questão concreta a resolver, e é a última pergunta que eu faço. No caso do HSBC/BAMERINDUS, já dois anos depois — quando falamos em PROER, parece que está tudo junto, mas não, já é 97 —, em 96, segundo declarações do então controlador, em depoimento dado sob juramento aqui, V.Exa., como Ministro da Fazenda, numa viagem a Londres, em janeiro de 96, se prontificou a fazer sondagens junto ao HSBC, que tinha 6,3% das ações do BAMERINDUS, com respeito à compra. V.Exa. voltou com a resposta, tendo feito contato com o HSBC, de que o banco não tinha interesse em fazer essa compra. Foi isso que foi comunicado aqui. V.Exa. fez essa negociação inicial, esse contato inicial com o HSBC?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu agradeço a oportunidade de esclarecer essa história, e espero que em caráter definitivo. Eu li o depoimento do ex-Senador e ex-Ministro Andrade Vieira a esta Comissão. Deixe-me dizer o que efetivamente aconteceu: esse banco HSBC era já acionista do BAMERINDUS — alguma coisa nessa proporção a que o senhor se referiu, entre 6% e 7% do total. O próprio senador Andrade Vieira — que, depois, deixou o Ministério da Agricultura, que ocupava à época, para tentar lidar com os problemas do banco — estava procurando uma forma de aumentar a participação do HSBC, o seu banco, elevá-la de seis e pouco por cento para um percentual maior. Ele sabia, como nós sabíamos e tínhamos dito a ele, que ele precisava capitalizar o banco, que o banco estava perdendo depósitos, tendo prejuízo e era fundamental uma capitalização. Era natural, na medida em que já havia um acionista com participação no capital, a possibilidade de ele aumentar essa presença no capital do banco. Eu não fui, Deputado, em nenhum momento — seria ridículo que eu me prestasse a esse papel de garoto de recados de um banqueiro —, a Londres para conversar com o HSBC. Fui em visita oficial a Londres, onde tinha várias outras coisas para fazer. Combinei com o Senador que, se o banco quisesse conversar, eu conversaria, para saber da predisposição deles de aumentar sua participação no capital do banco. Essa conversa efetivamente teve lugar nessa audiência. Eu disse que o Senador — banqueiro — estava procurando um aumento da participação dele no capital e que eu gostaria que eles analisassem essa possibilidade. Me disseram que fariam a **due diligence**, como chamam, ou explorariam essa possibilidade. E foi o que eu



transmiti ao Senador: “Me disseram que vão analisar, explorar essa possibilidade”. Essa é a única coisa que eu tenho a dizer sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Quero registrar que vou encerrar aqui. Não é a minha técnica na CPI. Eu me contive, em função do respeito que tenho pelo Ministro. Não fui eu que me estendi. V.Exa. conhece minha técnica. Eu teria interrompido muitas vezes, mas confio inteiramente no trabalho detalhado que vai ser feito pelos companheiros Ivan Valente, José Roberto Batochio e Rubens Bueno, e quero dar oportunidade a eles de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Agradeço a V.Exa. os 55 minutos da sua intervenção.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Grande parte desses 55 minutos — é fundamental que se diga — não foi despendida pelo Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É verdade. Eu concordo plenamente.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Meio a meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Ministro, nós estamos com a “síndrome do painel” na Comissão. Estamos tendo problema de oscilação no som e, a pedido da equipe técnica — há três técnicos no painel —, vamos ter que desligar e religar o equipamento. Isso pode levar um minuto; por isso, terei de suspender a sessão. Ao mesmo tempo, vou conversar com os Parlamentares para, de forma civilizada, conseguirmos ordenar a lista, em função do número de inscritos e do tempo disponível. Suspendo a reunião por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Vamos reabrir os trabalhos. Concedo a palavra ao próximo Parlamentar inscrito, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Questão de ordem, Deputado Rubens Bueno. Peço a compreensão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, qualquer que seja a decisão tomada por qualquer um dos dois Deputados, eu me submeterei à decisão que eles tomarem. Confesso a V.Exa. que na sessão anterior desta CPI tinha solicitado a V.Exa. que me desse preferência, me desse prioridade, em razão



de compromissos absolutamente inadiáveis que tenho em São Paulo. Agora, se o nobre Deputado Rubens Bueno e o nobre Deputado Ivan Valente não se acordarem a respeito disso, eu simplesmente não farei as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Pela ordem, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho o seguinte: realmente, é preciso elaborar um critério de inscrições aqui. O Deputado que... quem quiser, vai ter uma fila de inscrição, então, está marcado 9h30min. Se o sujeito chegar às 9h, a lista está aberta desde as 8h, alguma coisa, aí ele se inscreve. Agora, cheguei aqui e assinei. Eu teria o maior prazer, cedo ao Deputado Batochio, já cedi na lista ao Milton Temer, porque ele ficou em cima. Agora, o Batochio está me pedindo porque ele tem que viajar. Agora, não posso ceder a outro, o Relator entra e vou ficar até às 3h da tarde aqui. Aí não posso. Eu queria um acordo com o Bueno. Eu não estou entendendo. O Bueno vai falar como Líder? Qual é o lance exatamente? Quero entender, senão não posso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Eu queria primeiro explicar que houve uma alteração na lista, Deputado Ivan Valente, tanto que eu mostrei a lista, tenho tomado o maior cuidado para garantir todas as interpelações. Devo registrar que nós não deveríamos perder tempo em questões adjetivas, até porque o Ministro, inclusive, tem compromisso na seqüência, e nós estamos... Então, se houvesse a concordância entre os Srs. Parlamentares de fazer primeiro uma pequena intervenção, aguardarem... Sei que todos têm compromisso, os Srs. Parlamentares, o Relator também tem compromisso, uma intervenção com a maior brevidade possível, e depois daríamos uma segunda rodada para...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, peço a palavra. Primeira coisa, eu cheguei aqui, recebi a pauta da CPI, indicada por V.Exa. para o horário das 9h30min. E cheguei aqui exatamente às 9h28min, olhei naquele relógio do fundo. Perguntei à Assessoria sua aqui, neste caso, e tinha apenas a assinatura do Deputado Ivan Valente, apenas. É evidente que assino logo depois do Deputado Ivan Valente. É evidente. Aí saio, sou chamado pelo Presidente da Casa, Deputado Aécio Neves, sou chamado pelo Deputado Walter Pinheiro, Líder do PT. Saio e volto. Chego aqui e está falando o Deputado Milton Temer? Se o Deputado Ivan



Valente cedeu o lugar para o Deputado Milton Temer, ele volta a ser o último da fila. É evidente. Imagine se eu aqui me inscrever em segundo lugar e todo o mundo que chegar eu ceder a minha vaga, todo mundo vai falar na frente dos que estavam inscritos anteriormente. Então, não é correto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, da minha inscrição V.Exa. pode se valer para abreviar o incidente, que tenho a impressão de que é a finalidade da CPI.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ainda perguntei, Sr. Presidente, à Assessoria qual era o critério de inscrição, porque já tinha a assinatura do Deputado Ivan Valente antes das 9h30min. Ela disse: “Não, às vezes, quinze minutos antes; às vezes, meia hora”. Quer dizer, então não há critério. E se não há critério, vamos seguir pelo menos as assinaturas, respeitar a lista daqueles que assinaram. Pelo menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Esse é o critério, Deputado Rubens Bueno, e eu garanto a V.Exa. que nós temos seguido com a maior responsabilidade e seriedade no tratamento, tanto que a lista que recebi está em primeiro o Deputado Milton Temer, em segundo o Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas aí não é verdadeira essa lista, Sr. Presidente. Não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Mas V.Exa. há de convir que...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A lista verdadeira é Deputado Ivan Valente e Deputado Rubens Bueno. Os demais eu não sei, porque inscreveram-se depois de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - É a lista que recebi, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Bom, acho que não podemos fazer disso um impasse, sob pena de não avançar no trabalho.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, não é impasse. Eu tenho uma Liderança para responder em Plenário e tenho que estar aqui na CPI porque o



Deputado Nelson Proença está viajando, eu venho substituí-lo. E aí, quer dizer, há um critério de uma forma, de outra? Qual é o critério?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Eu pergunto então ao Deputado Ivan Valente se realmente procede. Eu concederia a palavra, pela ordem, ao Deputado Rubens Bueno, se não tiver questionamento, se houve efetivamente essa alteração na lista.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não houve alteração, Sr. Presidente. O que há na lista aí é que existe uma linha acima e outra abaixo. O Deputado Milton Temer assinou na linha acima. E isso tem se repetido aqui. Então, ele falou primeiro. Eu acho que não é possível, não é correto isso, inclusive porque eu tinha... Inclusive porque V.Exa. é testemunha que eu tinha cedido ao Deputado Batochio a prioridade porque ele tinha pedido, ele está aí desde ontem para falar. Então já tinha... E o Relator, inclusive, pode falar a qualquer momento, de acordo com o Regimento, etc. Também não é justo que eu, sendo o primeiro a chegar, seja o último a falar. Concorda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Então eu vou... Deputado Rubens Bueno e Deputado Ivan Valente, peço... Olha, ficamos quase cinco minutos nessa discussão. Eu pediria o seguinte: eu respeitaria a ordem que recebi, o Deputado Ivan Valente, Deputado Rubens Bueno, Deputado Haully, Deputado Romel Anizio, Deputado Paes Landim e Deputado José Roberto Batochio. Então eu seguiria essa seqüência, pedindo a maior brevidade possível na intervenção.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, mas eu não vou aceitar, Presidente. Não posso aceitar. Daqui a pouco vamos ter que abrir aqui um inquérito para saber quem é que alterou a relação, Sr. Presidente. O senhor está insistindo numa relação que foi alterada. E eu não posso aceitar isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Presidente, salvo engano, o Regimento prioriza os membros da Comissão, não é? Depois que os membros da Comissão falam, os outros, que não são da Comissão, se inscrevem, na ordem. Eu não sei se é o caso do Deputado Rubens Bueno.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, é que V.Exa. conhece o Regimento. Eu não quero aqui pedir o direito que eu tenho, como Líder, de falar a qualquer momento, diante de qualquer um. Eu não quero usar isso, eu não sou daqueles que dá “carteiraço” em ninguém, em toda a minha vida pública. E não vou fazer isso agora. Não quero usar a prerrogativa de Líder aqui. Eu quero usar a inscrição, como Parlamentar. E não é isso também. Não tem prioridade. Quem se inscrever como Parlamentar, dos 513, pode falar na seqüência. Não tem que ser da CPI.

(Não identificado) - Tem que ser da Comissão.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, senhor. O senhor desconhece o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Olha, eu sou obrigado a aplicar o Regimento e os dispositivos que venham, sob pena de não dar prosseguimento a nossa audiência. Lamentavelmente, houve o incidente, houve uma alteração. Recebi a lista. O Deputado Milton Temer assinou antes do Deputado Ivan Valente, posteriormente a sua assinatura. Não se aplica na CPI o dispositivo regimental com relação à intervenção de Liderança. Se aplica, sim, para comunicação. Eu tenho seguido a ordem das inscrições independente dos Parlamentares titulares e suplentes, até para permitir que todos possam fazer a sua manifestação. Tenho dado total tolerância com relação ao prazo de intervenção. Poderia, inclusive, aplicar de forma subsidiária a restrição de tempo que se aplica no Regimento para as audiências públicas. Então, vou pedir a compreensão. De forma alguma V.Exa. receba isso como uma censura de ordem pessoal ou qualquer restrição à manifestação de qualquer Parlamentar. Mas, se houver a concordância de inversão com o Deputado Ivan Valente, muito bem. Se não houver, então, necessariamente eu vou seguir a lista. E a partir de agora a inscrição será feita exclusivamente com a Presidência. Eu não vou mais permitir também que fique a disposição, na lista de presença, a lista de inscrição. Não é possível nós chegarmos à situação de inviabilidade em função desse dispositivo que procuramos adotar com o maior critério e a maior correção. Nós estamos procurando respeitar a ordem de inscrição dos Parlamentares. Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, questão de ordem. O art. 89. Por favor. Eu não posso aceitar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Chegamos numa sessão consensual.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Esta lista, Sr. Presidente — eu não quero ir longe —, não só foi alterada, como foi adulterada. Ela foi adulterada. E, se essa CPI começar exatamente com esse tipo de precedência, que CPI é essa? Eu não posso aceitar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Pela ordem, o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em consideração à correção com que V.Exa. vem conduzindo a CPI e ao Ministro que está aqui para depor, então eu vou ceder a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor não está cedendo nada. É um direito meu. Eu não tenho que ceder nada. Quero que respeitem o meu direito. Daqui a pouco é uma prodigalidade de alguém ceder... Eu não estou cedendo nada. Quero meu direito respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Então, será concedida a palavra a V.Exa., mas eu quero reiterar que de forma alguma houve adulteração...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Está aí. O senhor mostre a relação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Não houve adulteração, houve alteração. E isso não é adulterar.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Rubens Bueno, vamos nos ater à questão do mérito.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O documento está aí rasurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Deputado Rubens Bueno, vamos nos ater à questão do mérito. Com a palavra V.Exa., para a intervenção.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Ministro, esta CPI, após seis anos de luta dos partidos de oposição, consegue finalmente instalar e fazer funcionar esta



Comissão Parlamentar de Inquérito. E, disso tudo que foi dito, que a imprensa divulgou... A opinião pública forma conceitos a respeito da questão do PROER e da questão do Banco Central e essas relações com o sistema financeiro privado. Abstraindo-se o caráter ideológico na percepção da necessidade de o Governo instituir um programa como o PROER, temos nos debatido ainda com suspeitas de favorecimentos políticos nos casos do Banco Econômico e Nacional, e de outras graves suposições, como no caso específico do processo que antecedeu a intervenção, até a efetiva venda do BAMERINDUS ao HSBC, em que o seu ex-controlador, o Sr. Andrade Vieira, ex-Senador e também ex-Ministro do atual Governo, acusou esse mesmo Governo, por meio do Banco Central, de contribuir para a quebra do seu banco, entre as diversas acusações que fez, inclusive nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, há poucos dias. Pergunto: afirma o Sr. Andrade Vieira que, a partir de determinado momento, ficou isolado das negociações com vistas à venda do seu banco, ao tempo em que acusa o Governo de sigilosamente tratar do assunto, sem mostrar interesse algum em salvar o banco incontrolável. Se, afinal de contas, havia outras possibilidades para o salvamento do BAMERINDUS, por que não foram aceitas? Indago ainda se seria lícito um procedimento como esse por parte do Governo, na visão de V.Exa.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, eu lhe agradeço a pergunta, que me dá a oportunidade de esclarecer alguns pontos. Eu também, como o senhor, acho importante o trabalho desta CPI, em particular naquelas duas vertentes que mencionei anteriormente. Eu queria rejeitar aqui categoricamente, como tive oportunidade de fazer ao comentar a intervenção do Deputado Milton Temer, a suspeita de favorecimento político em qualquer desses casos que o senhor mencionou: Econômico, Nacional ou BAMERINDUS. Eu vou-me ater aqui ao seu último comentário sobre o caso do BAMERINDUS. O seu ex-controlador teria acusado o Governo de contribuir para a quebra do banco. A documentação que foi distribuída, quero crer, aos ilustres Parlamentares dessa Comissão, mostra numa página — deixa eu localizar aqui — que o banco BAMERINDUS estava com prejuízos. Vou ler aqui a parte do relatório sintético do Banco Central. Ele é muito mais amplo do que isso no caso do banco BAMERINDUS e seus antecedentes. Foi diagnosticado pela supervisão do Banco Central que o grupo BAMERINDUS vinha



apresentando crescentes dificuldades financeiras, com reflexo na perda sistemática de captação de depósitos e ocorrência persistente do deprecimento patrimonial, em função de sucessivos prejuízos mensais. Buscou-se junto aos controladores uma solução definitiva para o problema, via aporte de capital. Por falta de capacidade de encontrar instituições brasileiras de importe, como o próprio Senador buscou, nenhuma solução nesse sentido teve condição de ser viabilizada. Portanto, não houve nenhuma participação do Governo no sentido de contribuir, para usar a expressão, para a quebra do banco. E essa idéia de que sigilosamente tratar do assunto, eu acho que... Eu também queria rejeitá-la, porque, como disse na resposta ao Deputado Milton Temer, foi combinado com o Senador Andrade Vieira, porque eu comuniquei a ele que estaria indo numa visita oficial à Inglaterra e se ele teria, gostaria que eu explorasse a possibilidade de aquela instituição aumentar a sua participação no capital acionário. Ele me disse que sim, que gostaria que eu o fizesse. Eu o fiz, a instituição ficou de analisar a questão, e aí as coisas tomaram o rumo que tomaram. Existe, só para terminar... Uma das características do PROER, da qual não abrimos mão desde o início, é que qualquer operação dessa natureza teria que necessariamente envolver a troca do controle acionário da instituição. Nós não iríamos fazer de forma alguma uma operação como essa mantendo os mesmos acionistas controladores que haviam levado as instituições à situação em que se encontravam. Portanto, a decisão de uma operação que envolvia a transferência de controle, quando se tornava inviável que o próprio controlador encontrasse o aumento de capital era... foi a forma pela qual foram resolvidos os três casos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Ministro, o HSBC detinha 6,14% de ações do BAMERINDUS. Em dezembro de 96, o HSBC lança no seu balanço, como prejuízo, os valores dessas ações, de 6,14%. Em 31 de dezembro de 96, as ações do BAMERINDUS, lotes por mil, estavam em 18 reais. Em 26 de março de 97, portanto menos de três meses depois, no momento da venda, estas mesmas ações de lote por mil estavam em 12,41. Quer dizer, esse fato de o HSBC colocar como prejuízo esta participação no BAMERINDUS não afetaria a credibilidade do banco, não traria mais prejuízo para o banco naquele momento de dificuldade que estava passando? O senhor tinha conhecimento dessas operações, do que tinha acontecido, dessa questão de prejuízo do HSBC, dessa questão de valores de



ações e que isso não veio efetivamente contribuir para que o BAMERINDUS chegasse à situação a que chegou?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, duas observações. Primeiro, a decisão de uma instituição financeira privada sobre provisionamento é uma decisão, é um ato de gestão de cada uma dessas empresas, não tem nada a ver com decisões ou sugestões de Governo. O fato de que o tenha feito em dezembro de 96, como o senhor diz, sugere **a posteriori** — obviamente, eu tomei conhecimento depois, muito depois, do fato —, sugere que uma avaliação sobre a situação do banco, que é um direito que cada instituição tem de realizar, com uma percepção talvez, que era compartilhada por muitos aqui, dessas dificuldades que mencionei anteriormente que o banco estava experimentando ao longo de 1996. Não vou comentar um ato de gestão de uma instituição financeira, ainda mais no exterior. E aparentemente se debruçou sobre a situação do banco e tomou essa decisão. Não tenho nenhum comentário. Se a queda do preço das ações a que o senhor faz referência entre 31 de dezembro e final de março se deve a este fator ou a outros fatores de percepção de agravamento da situação do banco, eu não teria condições de avaliar. O fato é que foi ocorrendo um processo de uma percepção de dificuldades por parte desse banco, que levou ao desfecho conhecido.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quer dizer que no momento da concretização da venda, o senhor não tinha conhecimento desta questão do balanço de dezembro anterior, do HSBC, colocando como prejuízo essas ações do BAMERINDUS? O senhor não tinha, no momento da venda do banco? O senhor tinha conhecimento ou foi **a posteriori**?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Porque eu entendi que o senhor me disse que foi **a posteriori**.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - É claro, eu não teria a menor condição de ser comunicado por uma instituição financeira que eles estavam pensando e considerando lançarem prejuízo no seu próximo balanço...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, não, no balanço anterior, Ministro.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - O senhor falou de dezembro de 96.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Dezembro de 96. O negócio foi efetivado em março de 97.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Se neste momento, março de 97, V.Exa. tinha conhecimento deste fato?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Olha, honestamente, eu tinha o conhecimento do fato de que as perspectivas estavam deteriorando. Eu não me lembro se eu fui informado formalmente de que o HSBC havia lançado em prejuízo no seu balanço de 31 de dezembro de 96 os créditos que detinha contra o BAMERINDUS e acho que no contexto geral não era uma questão central e eu não estava, volto a dizer, diretamente envolvido no processo de operacionalização de uma solução do problema.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu respeito a posição de V.Exa., mas é bom lembrar que este fato contribuiu para a perda de credibilidade do banco meses antes de o banco ser negociado.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - É possível, junto com vários outros fatos que estavam ocorrendo também, como aquela perda de depósitos que mencionei anteriormente, os prejuízos mensais continuados que o banco vinha exibindo, e uma percepção por parte de — nem sempre é publicado na imprensa, mas no sistema bancário brasileiro como os bancos têm informações sobre o que acontece nas suas transações. Havia uma percepção no mercado de dificuldades crescentes que o banco estava enfrentando. Se isso aqui contribuiu ou não para isso, provavelmente eu diria que sim, mas não foi propriamente o fator determinante.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Por que o HSBC, já tendo recebido condições extremamente vantajosas na compra da parte boa do BAMERINDUS, ainda foi agraciado com a permissão de aplicar os recursos captados pela caderneta de poupança no mercado financeiro ao invés de financiar habitações populares, pelo que se sabe se rendeu algo em torno de 500 milhões de reais?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Olhe, esse — de novo — tem a ver com a operacionalização, não foi o único caso. Ao que estou informado, não sei o número exato de bancos, mas nesse processo de resolução dessas crises, o Banco Central aparentemente permitiu que algumas instituições tivessem por algum



período de tempo, que eu não me lembro mais qual é e era variável, a dispensa do cumprimento da exigibilidade de aplicação dos recursos de caderneta de poupança, mas esse é um elemento negocial conduzido pelo Banco Central. Não foi nada excepcional, diferente, no caso do HSBC.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Outra questão também que soa estranho, Sr. Ministro, é com relação às garantias que o Banco Central exigiu. V.Exa. poderia até explicar por que tantas garantias dadas ao comprador sem a necessária contrapartida, no caso HSBC.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, as garantias... tem dois tipos de garantia. Uma é a garantia que o Banco Central exigiu no montante de 120% dos empréstimos feitos, para proteger os seus recursos, os seus empréstimos e financiamentos. A outra são as garantias que o comprador buscava e é natural que seja assim. O senhor conhece o Brasil como eu e sabe que existe um potencial de passivos contingentes de várias ordens, sejam trabalhistas, sejam de outra dimensão, que surgem no bojo do processo. Portanto, era natural — e isso vale não é só para instituições financeiras, vale para outros tipos de operações entre empresas do mundo real também — que um comprador procure uma determinada forma de se assegurar que se surgirem passivos adicionais, contingentes, além daqueles que foram efetivados por ocasião da compra uma negociação sobre que tipo de garantias contra esses passivos contingentes podem surgir, mas de novo: é uma negociação caso a caso, da qual eu não participei diretamente, portanto não saberia lhe dizer aqui detalhes sobre quais eram os passivos contingentes contra os quais um comprador estava procurando de alguma maneira se proteger.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ainda, Sr. Ministro, reportando a inúmeros casos e episódios que julgamos questionáveis, verificou-se no curso do processo da venda do banco BAMERINDUS, em particular tomamos conhecimento de que o HSBC, com antecedência de pelo menos seis meses, já instalara no Brasil, no Lotel, Av. Campinas, 266, Bela Vista, São Paulo, uma equipe de especialistas, buscando informações e tratando em detalhes da situação BAMERINDUS, fato que, se verdadeiro, pode ter garantido ao comprador conhecimentos privilegiados nessa transação. A pergunta: V.Exa. recebeu alguém dessa equipe, autorizou a direção do Banco Central a tratar com ela antes de 97 da questão BAMERINDUS?



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Duas observações: primeiro, o único contato que eu tive com pessoas do HSBC foi esta audiência que concedi a eles, combinado com o Senador Andrade Vieira, onde nós estávamos procurando ver as possibilidades de o HSBC aumentar a sua participação no capital do BAMERINDUS dos seis vírgula alguma coisa...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Catorze.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - ...para um percentual maior. Foi o único contato que tive com eles, não houve mais nenhum outro até o desfecho da operação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E nem autorizou a direção do Banco Central a fazê-lo nesse período?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não é uma questão de autorização. O Banco Central tinha competência legal e autoridade para equacionar o problema do ponto de vista operacional. Havia uma legislação em vigor e, desde que respeitada pelo Banco Central, ele tinha competência para avançá-lo, não precisava de uma autorização minha para conversar com quem quer que fosse um potencial comprador, como, no caso, surgiram outros. Se não me engano, houve uma proposta de um... se não estou enganado do UBS, com gráficos, também uma proposta de resolução do problema, só que não envolvia aporte de capital, portanto o Banco Central achou que não era uma proposta apropriada, mas não foi a única possibilidade. Sobre a questão da antecedência — eu nem sabia disso — de seis meses de presença em hotel em São Paulo, eu não sabia disso, mas quero crer que o banco estava avaliando o seu interesse ou não em aumentar a sua participação no capital dos seis vírgula poucos por cento para tanto. É natural que um processo como esse não seja decidido no escuro, que o banco tivesse avaliando o seu interesse e as possibilidades de fazer esse aumento de capital e para isso precisa ter gente. Não é uma decisão que uma pessoa faça sozinha, sem uma análise cuidadosa da situação de uma instituição.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Por último, eu perguntaria a V.Exa. quem pagará a conta do PROER liberado para o Banco Nacional, banco onde comprovadamente foi montada uma espantosa fraude, no curso de um longo período, sem que a fiscalização do Banco Central a identificasse e que, pelas



declarações das autoridades, nesta CPI, já feitas sobre o assunto é impossível reaver o valor do empréstimo de mais de 5,9 bilhões de reais. Esses dados todos extraídos da CPI no Senado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Uma das tabelas do documento que foi — quero crer que isso tenha sido distribuído aos membros dessa CPI — mostra, por banco, os empréstimos realizados, a dívida total junto ao Banco Central, os ativos da massa após os ajustes, a perspectiva de recebimento do pelo Banco Central e o saldo sem cobertura. Essa aqui é uma tabela, um documento que li nos últimos dias e está disponível a tabela 4, a data base é 30 de junho de 2001, e no caso específico do Nacional, ao que o senhor fez referências, a dívida total junto ao Banco Central em 30/06/2001, de acordo com esse quadro era 13,7 bilhões de reais. Os ativos da massa, após o ajuste, eram 10,6 bilhões de reais. A perspectiva de recebimento pelo Banco Central era de 9,2. Portanto, como a dívida total era 13,7 e a perspectiva de recebimento 9,2, aqui o que é chamado saldo sem cobertura até o momento de 4,4 bilhões. É prematuro dizer que esse vai ser o número final porque existe possibilidade de continuada disposição dos ativos da massa a determinados preços que só o futuro dirá. Essa é a razão pela qual eu citei o Prof. Mário Henrique Simonsen aqui anteriormente que dizia que o resultado final do processo é quando o processo estiver concluído. Aí que se fecham as contas, e não por antecipação. Mas para procurar responder a sua pergunta. Suponha que haja no final do processo um saldo sem cobertura com os ativos da massa e que, portanto, representou o custo da intervenção que levou à resolução do problema. É o mesmo ponto que fiz ao Deputado Milton Temer. Esse custo deve ser visto à luz dos custos alternativos ou custo relativo da inação, de nada fazer, deixar o banco quebrar — e eu posso lhe assegurar, Deputado, com todo o respeito, que esse custo seria em muito superior ao custo aqui mencionado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas veja V.Exa., só para complementar, o Banco Central identificou essas fraudes em balanços maquiados, contas fantasmas durante meses, quer dizer, a não-providência durante meses levou a uma situação dessas, quer dizer, a sociedade brasileira como um todo poderá no final desta conta pagar uma conta altíssima, relativamente alta, até porque, de repente, faltam poucos bilhões de reais para uma ação de Governo, por



exemplo, na área de educação. E neste caso, o Banco Central tendo conhecimento dessas fraudes, desses balancetes maquiados e etc. não tomou providências. Quem seria realmente responsabilizado por isso?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Bom, Deputado a pergunta é uma pergunta relevante. Tanto que me lembre não é verdadeira a afirmação que o Banco Central estava há meses com conhecimento da fraude na magnitude do montante que depois se descobriu. O Banco Central vive descobrindo fraudes, denunciando-as ao Ministério Público, penalizando as instituições e uma operação aqui que feita fora das regras. A magnitude dessa fraude, da existência, se me lembro bem, de quase 650 contas fantasmas, numa enorme operação, sofisticada operação de fraude, que não era fácil captar em tempo real, não era algo de conhecimento há meses do banco. A decisão, o conhecimento da extensão e da magnitude da fraude e a ação que foi tomada foi um período muito mais curto do que esse. Eu não estou querendo dizer isso, Deputado, para eximir o Banco Central, a fiscalização do Banco Central por não ter detectado, identificado e tomado as medidas apropriadas a tempo, mas como disse na introdução, nós vivemos em uma sociedade que é constituída por seres humanos e instituições operadas por seres humanos, e todos falíveis. No caso houve provavelmente deficiência no sistema de supervisão e regulação que devo dizer, hoje sanadas. Portanto, estou sempre procurando saber se os erros foram corrigidos e se podemos olhar o futuro com mais confiança no sentido de que fraudes desta natureza não mais se repetirão no País. Mais os fatos que ocorreram, lamentavelmente ocorreram, só que o passado é irrevogável, não se o rescreve. Teria sido melhor que não tivesse acontecido, mas uma vez que foram identificados o importante é que o Governo agiu com rapidez e resolveu o problema.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Sr. Ministro, solicitaria a V.Exa., se fosse possível que nós recebemos uma série de dados, mas não sistematizado dessa maneira. Então, se fosse possível, o encaminhamento para a Comissão, depois eu encaminho aos Parlamentares. Agradeço. Com a palavra o Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ministro Pedro Malan, queria ser mais direto nas perguntas dado o adiantado da hora já, mas antes de entrar em um ponto, queria perguntar ao senhor o seguinte: o senhor, em seus depoimentos na CPI do Senado, trabalhou muito essa questão do custo final da operação e o senhor sempre respondia que o custo não pode ser avaliado senão num processo, mas já se passou algum tempo efetivamente e eu queria perguntar se o senhor tem dados do custo dessa operação, quer dizer, o que o PROER custou concretamente. Não estou falando de custo político, mas o senhor tem esse ponto, esse número. Hoje qual é o rombo causado pelo PROER.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não sei se poderia, Deputado Ivan Valente, se permitiria só... quando Ministro deu a resposta ao Deputado Rubens Bueno, ele colocou aqueles números, ele não separou aquilo que era, pelo menos em várias tabelas que a gente tem recebido, o que é PROER e o que não é PROER. PROER, que a gente imagina, é aquilo que foi feito com operação de garantia, discuta-se a garantia, enfim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não entra o Excel, é isso?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E o restante são reservas bancárias, que já existiam no momento da intervenção e que não têm garantia. Não sei se tem essa separação e seria importante a gente ter uma idéia também disso.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Esses números estão nessa documentação que eu pensei que já estivesse de posse da Comissão, mas terei o maior prazer em encaminhá-la. De novo, Deputado Ivan Valente, o custo final da operação, por definição e quase lógica semântica, só é conhecido ao final da operação e não no início da operação. E por quê? Porque exatamente ao longo desse processo estão sendo dispostos ou liquidados os ativos. Os títulos dados em garantia têm oscilações e variações próprias de mercado, na medida em que são afetados pelo mercado, portanto esse custo final é difícil descrevê-lo, com clareza, de mesma maneira apriorística. Sobre o custo político, que foi uma referência que o senhor fez, eu confesso que não tenho declarações adicionais a fazer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem eu estou pedindo que o senhor faça.



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Ah, bom, é que a expressão foi usada. Eu acho que a discussão relevante aqui é assim que essa questão foi colocada, em todos os países que tiveram que lidar com crises ou potencial de crises bancárias, é o custo em relação à alternativa de nada fazer. E eu acho que essa é discussão relevante. No caso aqui dessa tabela — eu me refiro aqui, vou dar o dado agregado, ela está desagregada —, o senhor me pergunta sobre a estimativa vigente em 30 de junho de 2001 nos casos Econômico, Nacional, BAMERINDUS, BANORTE, Mercantil, CREFISUL e Pontual, que estão aqui nessa tabela. A dívida total junto ao Banco Central dessas operações, nessas sete operações, era de 26,6 bilhões de reais. Agora, os ativos da massa após os ajustes, da ordem de 23.2. A perspectiva de recebimento pelo Banco Central, na data de 30/06/2001, era de 19,1 bilhões de reais. Portanto, o saldo sem cobertura vigente na data 30/06/2001 é da ordem de 7,5 bilhões de reais e eles estão desagregados aqui por banco. O Dr. José Roberto Mendonça de Barros, que foi, enquanto trabalhou conosco como Secretário de Política Econômica, aliás um excelente trabalho dada a sua competência, tem um trabalho daquela época, e ouvi dizer que atualizado recentemente, exatamente para levar em conta, para abater daquilo que seria o custo bruto inicial, aquilo que já representou disposição de ativos, venda de ativos nesse processo. E ele chegou a um número que, se não me engano, é pouco mais de um ponto percentual do Produto Interno Bruto. Mas não é o número final, volto a insistir, o custo final é quando as operações se concluem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Sr. Presidente, queria entrar diretamente em uma questão que é a seguinte: acho que o depoimento nessa CPI, Sr. Presidente, Ministro, que impactou mais, foi...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Ele não chegou a ser candidato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro. O Presidente é o da Comissão, a que eu estou me referindo, não o da República, embora o Ministro Malan é o que pode se considerar um Ministro durável. Não sei se ele é o único que durou o tempo todo, mas é o que está aí desde o começo do Governo e já estava no Banco Central no Governo anterior. Mas, Ministro, é o seguinte: o depoimento que mais impactou a CPI neste momento — queria lembrar ao senhor que nós pedimos essa CPI em 1996, os Deputados estão aqui, eu, Milton Temer e o José Pimentel e



ela só foi viabilizada agora, cinco anos depois. Então, certamente os debates de ordem, de proposta de projetos e até ideológicos estão razoavelmente saturados, mas certamente dúvidas ficaram, muito grandes, para a sociedade, para o Parlamento e etc. Por isso, o depoimento mais chocante aqui é exatamente de um membro do Governo, colega de V.Exa. como Ministro, homem forte do Governo, pelo menos na primeira gestão Fernando Henrique Cardoso, o ex-Senador e ex-controlador do BAMERINDUS, Andrade Vieira. E ele disse aqui, fez uma colocação muito dura, que o BAMERINDUS foi quebrado, ele não quebrou. É interessante também notar que os banqueiros que por aqui passaram, ex-controladores do Econômico e do Nacional vieram com uma postura defensiva. Enquanto o ex-Ministro Andrade Vieira veio com uma postura ofensiva e está processando o Governo. E ele disse exatamente isso: o BAMERINDUS não quebrou, ele foi quebrado. Isso tem uma gravidade enorme a não ser que a gente queira deixar as coisas passarem sem ver, porque não é só colocar que é uma pessoa que está desqualificada, a não ser que vocês o desqualifiquem, porque ele foi Ministro do Governo, foi sustentador deste Governo e é amigo do Presidente, ou era, amigo pessoal do Presidente. E ele disse aqui que o BAMERINDUS foi fritado durante um ano e meio, e mais: que os boatos tiveram papel essencial nesta questão. Os boatos de que o BAMERINDUS estava quebrando e que esses boatos partiam do Banco Central e que ele tem nomes a colocar, inclusive que eu poderia citar em uma sessão secreta, nós inclusive ameaçamos fazê-la naquele momento. Agora eu quero ler aqui, Ministro Pedro Malan, o seu depoimento no Senado da República de 11/06/97, o senhor estava explicando aos Senadores porque os bancos quebraram. E o senhor diz o seguinte: que vários motivos levaram a isso. Os problemas em alguns casos — o senhor disse — eram problemas de liquidez, em outros era de desequilíbrio patrimonial, particularmente naquelas instituições que vinha retardando a resolução de problemas estruturais, tais como insuficiência de capital, excesso de mobilizações, baixa rentabilidade de certos ativos e um tema recorrente em praticamente todos esses casos, quer dizer, uma capacidade de geração de receita incompatível com a estrutura de custos da instituição respectiva. Isso é o senhor falando aqui na tradução da taquigrafia. É nesse contexto, aí que eu quero chegar, Sr. Presidente, o senhor falando, que além dos problemas de ordem



estrutural, não solucionados ao longo de vários anos no passado, o banco BAMERINDUS sofreu nos últimos semestres, principalmente por razões ligadas a rumores e boatos que infelizmente grassam entre nós, que ao meu juízo deveriam constituir crime de responsabilidade, quando divulgados com leviandade e irresponsabilidade. Está certo? Isso aqui é o que o senhor disse na Comissão. Veja que nesse aspecto o senhor concorda com o Andrade Vieira, que houve uma grande boataria. Eu quero saber do senhor o seguinte: o problema é que o ex-controlador Andrade Vieira veio nesta Comissão e disse que quem plantava os boatos na mídia e produzia fatos que aprofundavam a crise do BAMERINDUS era exatamente o Banco Central e o Governo. Eu queria ouvir o seu sobre isso.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente, eu notei, ao julgar pela minha leitura da mídia, que esse depoimento do ex-Senador e ex-Ministro Andrade Vieira causou um certo impacto aqui nesta Comissão. Notei também que o senhor registrou aqui que os depoimentos de Ângelo Calmon de Sá e Marcos Magalhães Pinto foram com uma postura mais defensiva, enquanto que a do ex-Senador e ex-Ministro foi mais ofensiva. Essa frase, na verdade, é uma frase de efeito, digamos assim. O banco foi quebrado, não quebrou; foi fritado, não fritou. Tenho comentários a fazer, queria começar pelo final. Eu reafirmo e reitero em gênero, número e grau cada uma das palavras desse meu depoimento no Senado de 11/06/97 ao qual o senhor se referiu. Eu também acho que a existência de rumores, boatos, nessas como em outras questões, devo dizer, que atentam contra a honra, a integridade de caráter de pessoas, acusações baseadas em suspeitas sem provas são atos irresponsáveis, levianos, que nós devíamos, como sociedade, combater. Ele é particularmente daninho e verdadeiro, não que os outros não sejam também, no que diz respeito a rumores e boatos sobre situações de instituições financeiras, que são situações que, pela sua própria natureza, têm a confiança de seus depositantes como elemento essencial. É sabido que se todos os depositantes de um banco no mesmo dia buscam extrair do banco aquilo que têm lá depositado, que o banco não tem condições de atendê-los. E é sabido também que quando se dão conta de que se se dirigirem ao banco e obtiverem os recursos, os recursos estão lá, não têm mais necessidade de sacá-lo. Quer dizer, o negócio bancário é um negócio muito baseado em confiança e uma confiança que não pode ser erodida de



maneira irresponsável. Eu levo isso tão a sério que demiti um funcionário do Ministério da Fazenda, do cargo que ocupava, exatamente porque numa entrevista à imprensa fez referência à situação difícil em que se encontraria um banco de médio porte. Eu disse que era absolutamente inaceitável que aquilo fosse feito, que aquele era um ato que não tinha nenhuma defesa e pedi que a pessoa fosse demitida das suas funções. Para lhe dar uma idéia da importância que eu atribuo a isso e acho que nós devíamos ter uma legislação que procurasse...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas foi em relação ao BAMERINDUS?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, foi a outro banco que eu não quero mencionar aqui. Para mim o importante é que foi feito um comentário negativo sobre um banco numa entrevista coletiva à imprensa, que eu considero inaceitável, porque o banco podia ser que não tivesse problema algum e passasse a tê-lo por conta dessa referência. De modo que sou, de longa data, favorável a que nós tenhamos algum tipo de legislação — e vai aqui uma sugestão a esta CPI, que considera que a divulgação de boatos sem fundamento sobre as situações de instituições financeiras deveria ter algum tipo de tipificação quase que criminosa. Nesse sentido do que o senhor disse, eu concordo com o ex-Senador e ex-Ministro contra a idéia de boato e rumores que efetivamente existiram. O que eu acho, Deputado, é que, se o Senador, ex-Senador e ex-Ministro, disse ao senhor ou disse aqui, que ele tem nomes a citar e que poderia dar esses nomes, que ele deveria fazê-lo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E disse à Comissão.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Que ele deveria fazê-lo. Eu acho que não tem problema. “Foi fulano, que no dia tal...” Mas aí precisa um pouco de evidência. Não pode ser “eu acho que alguém teria feito um comentário”, porque isso aí também é irresponsável. Mas, se ele tem nomes, eu o encorajaria a nomeá-los, de público, inclusive. “Foi o senhor fulano de tal, que no dia tal, numa palestra tal, ou numa entrevista tal, ou numa conversa com o jornalista tal, que confirme aquilo...”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ou numa **inside information** para a imprensa?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Bom, eu, como não falo em **off** para a imprensa, eu não tenho esse problema. Tudo o que eu digo é em **on**, é público,



então eu não tenho esse problema, mas eu acho que o papel de boatos e rumores pode ser terrivelmente deletério para uma instituição financeira. Tanto é assim, vou lhe dar um exemplo: uma das revistas mais respeitadas do mundo nessa área, **The Economist**, tem como política editorial não fazer comentários sobre rumores e boatos sobre instituições financeiras, porque eles sabem o efeito que teria uma publicação numa revista, que é uma revista de peso nessa área, a idéia de que uma instituição financeira tem dificuldades. Aquilo claramente vira uma profecia autoconfirmada. Então, é política editorial da revista não dar livres cursos a boatos dessa natureza. Eu acho que nós estaríamos melhor se houvesse políticas editoriais desse tipo aqui também no Brasil.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Permita-me?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Por último... Só para terminar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Conclua, conclua.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Só para terminar, o senhor mencionou aí, para voltar àquela idéia da postura defensiva e postura ofensiva. Eu sempre tive um relacionamento correto com... foi meu colega de Ministério, Ministro da Agricultura, foi Senador. Sempre tive uma postura correta com o Senador. Não tenho nenhuma queixa de atitudes dele no relacionamento pessoal para comigo. Eu acho que entendo, eu acho que qualquer ser humano teria reação como essa, um certo componente de ressentimento, de ira, pelo fato de se ver privado de uma instituição financeira do porte do BAMERINDUS, mas eu acho que essas coisas infelizmente ocorrem. As pessoas são responsáveis pelos seus atos, ações e omissões. E o fato é que o banco estava em dificuldades, que podem ter sido agravadas por boatos e rumores que vêm de toda parte. Não acho que é correto dizer que vem só de uma área, do Governo; eles vinham de várias, pelo que eu lia na imprensa: do setor privado, da própria mídia, de conversas em **off**, com pessoas, talvez algumas, com interesse naquilo. Não vem ao caso agora especular sobre isso. O que eu acho — e vou reiterar aqui —, se o ex-Senador e ex-Ministro acha que os boatos partiam do Banco Central, e que ele tem os nomes, ele devia nomeá-los, mas com alguma base, não uma acusação vaga, dessas que nós nos habituamos a ver.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor concorda que há uma gravidade nessa questão, nessa fala aqui na CPI, do ex-Ministro? Porque, se ele coloca que partiu do Banco Central, que o banco dele foi quebrado, ele está querendo reforçar a idéia de que havia uma política intencional dentro do Banco Central, uma política de Governo, de vender, entregar o BAMERINDUS ao HSBC.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, se me permite, eu queria rejeitar categoricamente essa assertiva e essa suposição, que nada mais é senão uma especulação. E volto a insistir: se o ex-Senador e ex-Ministro Andrade Vieira tem alguma evidência, que não seja uma suspeição, ele deveria trazer essa evidência a público. Eu tive recentemente um caso semelhante com um Senador do seu partido no Senado Federal que, de público, diante das câmeras de televisão, também disse que tinha um amigo que tinha provas e evidências de que pessoas no Banco Central vendiam informações para instituições financeiras. Eu disse na hora, de público também, que o Deputado estava sugerindo uma conversa pessoal e reservada comigo, para que ele me contasse as histórias que sabia e apresentasse as evidências.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor falou do Senador Suplicy.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - É, eu disse ao Senador...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, o senhor também tem disposição de trazer o Ministro Andrade Vieira, o senhor vir a esta CPI e nós fazermos, então, esse confronto?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, não, deixa eu acabar de contar a história. O senhor verá qual foi a minha reação. É a mesma que eu estou tendo aqui. Eu também disse de público ao Senador, depois de ter dito que achava estranho que ele fizesse uma acusação de público, diante dos holofotes das câmeras de televisão, dando por assentado que havia um esquema de corrupção envolvendo pessoas, e que ele conhecia uma pessoa, amigo seu, que tinha provas, evidências e tal, e queria reservadamente encontrar comigo para me contar isso. Eu digo: "Senador, se o seu amigo tem provas, evidências desse esquema, ele tem obrigação, obrigação de vir a público e apresentar essas provas e evidências e nome, e não buscar um encontro reservado, secreto, com o Ministro da Fazenda,



em que ele vai dizer algo e depois vão dizer que ele já comunicou ao Ministro tudo que sabia e o Ministro não tomou as providências.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Traga à luz do sol, diga os nomes, apresente quem são. E não precisa ser na minha frente! Venha aqui ao Senado e apresente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas é exatamente isso.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Se ele tem os nomes, ele venha aqui e apresente os nomes. É isso que eu estou sugerindo. Eu não tenho nenhum interesse — e não vou fazê-lo — em ficar sentado do lado dele para ouvir os nomes. Isso é função de... caso de polícia, Ministério Público, investigação, não é um problema meu mais. Eu sou a favor de transparência e de que as pessoas, quando fazem acusação, façam-nas com responsabilidade. Tanto é assim que escrevi ao Procurador-Geral da República, nesse caso que eu estava mencionando, pedindo que ele escrevesse ao Senador Eduardo Suplicy e exigisse que o Senador apresentasse a sua testemunha tão valiosa, que nunca apareceu, Deputado, nunca apareceu. No entanto, a acusação foi feita de público. Nunca teve seguimento. A pessoa não apareceu, o Senador não apresentou prova alguma, disse que na verdade não a tinha, que a pessoa se recusava a aparecer; mas, no entanto, o dano foi feito, a acusação foi feita, e eu acho que isso é grave.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, Ministro, nós estamos numa CPI. As pessoas vêm aqui, entende, e declaram que vão dizer a verdade, sob pena de crime de perjúrio.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Que o façam, então.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E são pessoas que têm uma enorme responsabilidade pública e social. Então, se as pessoas dizem isso, isso tem uma imensa repercussão política, como V.Sa. acaba de dizer, inclusive. Está certo. Então, mais do que nunca, a CPI também é um instrumento de investigação.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Claro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, se nós não temos meios de fazê-lo, o Senador Andrade Vieira... Se ele tem nomes a dizer e diz que partiu do Banco Central, o senhor é o superior do Banco Central, o senhor é o Ministro da



Fazenda, o senhor não tem interesse, então, que ele pare de dizer coisas aí que prejudicam a imagem do Governo e do Banco Central? O senhor não teria interesse em vir aqui esclarecer essa questão?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, desculpe, eu acho que estou falando em outra língua, não estou me fazendo entender. Eu vou repetir o que o senhor disse: que o ex-Senador e ex-Ministro disse que esses boatos tiveram papel essencial...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor também afirmou.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Um minutinho, Presidente. Que os boatos partiram do Banco Central e, vou citar a sua expressão, “que ele tem nomes a citar”. O que estou lhe dizendo, vou repetir aqui, que o faça, que o faça de público, que ele venha aqui, peça uma nova audiência e diga: “Os nomes são: fulano, o senhor fulano de tal, o senhor beltrano de tal. São essas as pessoas que eu estou formalmente acusando de terem sido os responsáveis pelo boato sobre o meu banco”. É isso o que eu estou dizendo. E eu tenho o maior interesse que ele diga isso, como cobrei e continuarei cobrando do Senador Eduardo Suplicy que dê seguimento à acusação que fez. Derivaram dela os benefícios. Fez uma acusação grave e nunca foi capaz de substanciá-la. É isso que me incomoda. Portanto, eu queria que não houvesse dúvidas. Tem os nomes a citar? Nomeie-os, “ponto”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, eu quero... Eu pediria ao senhor esforço de memória...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...e pudesse fazer um histórico da sua intervenção, digamos assim, nessa questão do BAMERINDUS e do HSBC, quer dizer, onde o senhor entra. Eu sei que o senhor teve, inclusive, uma reunião na casa do Ministro, do ex-Ministro Andrade Vieira, junto com o Gustavo Loyola, a sós com ele, falando, segundo o Andrade Vieira, que o senhor teria dito que o banco estava em dificuldades, que ele precisa vender o banco. Isso é uma declaração dele. O senhor poderia nos contar qual foi o teor dessa conversa?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Posso, sem nenhum problema, Deputado. Primeiro, o “histórico de minha intervenção” é algo muito forte, porque a minha intervenção foi muito limitada. Ela teve simplesmente o efeito de uma



comunicação ao meu então colega de Ministério, Senador Andrade Vieira, que era Ministro da Agricultura. Eu estive com ele uma ocasião para dizer que as informações que me chegavam do Banco Central sugeriam que ele devia dedicar mais atenção ao seu banco, o que o fez. Ele deixou, como o senhor sabe, a posição de Ministro da Agricultura do Governo Fernando Henrique para poder se dedicar ao seu banco, porque ele se deu conta de que era necessária uma presença mais ativa e que, digamos assim, seria problemático buscar equacionamento de problemas num banco que tinha como acionista controlador Ministro do Governo. Então, houve uma conversa no sentido de que, pessoalmente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nessa conversa o senhor estava com o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, ou é outra a que o senhor está se referindo?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu me lembro de duas conversas. Na segunda, seguramente eu estava com o Dr. Loyola.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então é anterior a essa.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Nessa primeira, dada a delicadeza, eu quero crer que estava sozinho. Mas foi só isso. Eu disse: "Olha, eu acho que a situação do banco sugere que o senhor assuma efetivamente a posição de gestor e administrador, dado que o senhor é o controlador do banco no momento atual. É difícil imaginar uma pilotagem a distância do banco, como Ministro da Agricultura do Governo Fernando Henrique"; coisa minha, pessoal, uma conversa entre dois colegas de Ministério. A segunda, tempos depois, foi com o então Presidente Gustavo Loyola, onde nós realmente dissemos — não tem nenhum problema dizer isso hoje, passado o tempo, à época não diria —, nós dissemos: "Senador, como o senhor sabe — e ele sabia —, o banco está com dificuldades. Ou bem nós conseguimos, ou o senhor consegue, a entrada de um acionista que contribua para a capitalização do banco, em outras palavras, o banco precisa ser capitalizado e o senhor tem que conseguir essa capitalização com a maior brevidade possível, porque senão nós não teremos alternativa senão buscar uma troca do controle acionário da instituição para alguma instituição interessada em comprá-la". Mas o tom da mensagem era: é inevitável a capitalização do banco na situação atual.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso foi em setembro de 1996, a data?



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu não me lembro exatamente. Tenho que olhar na minha agenda.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele colocou aqui precisamente, inclusive. Agora, mais tarde o senhor foi a Londres e ele, no depoimento dele, disse que o senhor o procurou e consultou-o se no contato em Londres poderia se tratar da venda do BAMERINDUS.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, não foi da venda. Eu já expliquei. Deixa eu explicar para o senhor, então.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu sei. Eu quero dizer que é uma contradição, é a isso que eu quero chegar. Eu ouvi o seu depoimento. O senhor disse que é o aumento do capital.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E ele disse que é a venda do banco. São duas coisas diferentes.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - São, então deixa eu dizer qual é o correto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero situar essa data, porque o Ministro Andrade Vieira disse que o senhor voltou de Londres, não o procurou, num primeiro momento, e um mês depois, já era fevereiro, segundo o seu depoimento — o senhor deu o depoimento, o senhor há de se lembrar disso —, o senhor disse: “Eles não têm interesse”. O senhor disse a ele: “Eles não têm interesse”. Inclusive, porque, nesse período, em dezembro, o HSBC havia colocado no prejuízo as ações que ele detinha do banco BAMERINDUS, o que fez, inclusive, aprofundar a crise, certamente, do próprio BAMERINDUS. Agora, como o senhor deu essa resposta em fevereiro, e o senhor respondeu a ele que o HSBC não tinha interesse, e no mês seguinte esse banco que não tinha interesse compra o BAMERINDUS? O senhor concorda que essa CPI precisa esclarecer isso?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque há um cronograma que não bate, não bate.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Posso lhe explicar, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu lhe agradeço a oportunidade. Eu não me lembro, tenho que olhar as minhas agendas para saber exatamente o dia, a hora e o mês em que certas conversas tiveram lugar. Mas é muito importante que o senhor perceba a diferença entre um desejo do ex-Senador e ex-Ministro Andrade Vieira, de que uma das formas... E foram inúmeras! Não quero entrar no detalhe aqui, mas o banco tinha um empresa de celulose, se não me engano, chamada...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Impacel.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - ...Impacel, em que o ex-Senador e ex-Ministro dizia que a venda daquela empresa, que tinha um valor extremamente expressivo — ele achava que a venderia —, permitiria a solução dos problemas do banco, que ele estava empenhado na venda e tal. Eu quero mencionar outras questões. Uma das hipóteses que ele conversava era essa idéia de aumentar a participação no capital do BAMERINDUS do HSBC, que já tinha esses seis vírgula alguma coisa por cento. Uma das possibilidades de fazer essa capitalização era o banco aumentar para um determinado percentual, que eles teriam que negociar essa participação. E ele estava procurando isso, ele estava conversando com o banco a esse respeito. E realmente, quando eu fui numa visita oficial a Londres, que eles me pediram uma audiência, e eu aceitei a audiência, como eu recebo em audiência inúmeras instituições, eu perguntei a ele se haveria algum problema se eu dissesse que... Bem, nós veríamos com bons olhos um aumento da participação acionária do HSBC no BAMERINDUS.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tem essa data, por favor?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, eu tenho que olhar na minha agenda. Não tenho exatamente aqui, mas posso lhe dar depois. Essa conversa efetivamente teve lugar. E o que me disseram lá, as pessoas com quem conversei, que eles teriam que fazer essa **due diligence**, essa expressão em inglês: analisar a situação do banco para ver se era de seu interesse — é uma decisão voluntária —, de seu interesse ou não de aumentar essa participação, o que é uma coisa óbvia, tomei como algo corriqueiro. Acho que ninguém, em sã consciência, imaginaria — eu sei que o apelo que certas pessoas têm por decisões instantâneas e gratificações instantâneas — que saísse uma decisão com base numa rápida conversa de meia



hora, uma decisão da instituição sobre isso. Fizeram essa avaliação, não pergunte como, porque não voltei a falar com eles.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não teriam interesse em ampliar o capital?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não me disseram isso nesse momento. Nessa conversa me disseram que teriam que analisar essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E é isso que o senhor transmitiu ao ex-Ministro?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu não me lembro se transmiti, mas acho que era uma coisa óbvia. Seguramente o Senador, homem experimentado que é, jamais poderia ter passado pela sua cabeça que numa conversa com meia hora eu voltaria e diria: "Senador, eles vão elevar a participação deles de 'seis vírgula pouco' para 17,48%; foi isso que eu resolvi em meia hora". Nós estamos no mundo real, não estamos no mundo da fantasia. É óbvio que eles iam analisar a questão. Não me disseram "não", nem me disseram "sim". "Vamos analisar." "Então, analisem." E o contato deles, obviamente, era com o Senador, não era comigo. Eu não era uma parte interessada na composição acionária do BAMERINDUS. Estávamos procurando, em conjunto com o Senador, tentar encontrar saídas, como ele disse, desde a venda da Impacel até outras coisas. Essa foi a única ocasião, antes da operação, que foi conduzida pelo Banco Central, não por mim, que eu tive com o HSBC, a única ocasião nesse período.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deixa eu colocar, então, uma outra questão, Ministro. Veja, a história do BAMERINDUS, ela realmente precisa ser esclarecida, porque não bate essa história. Veja, um banco como o HSBC, que põe no prejuízo três meses antes as suas ações...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu tenho uma interpretação para isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é a interpretação?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Mas é uma interpretação, eu não quero dizer que é a verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - A minha interpretação é a seguinte: faz uma diferença, do ponto de vista de uma instituição financeira, se ela está



aumentando a sua presença — é uma hipótese só, não quero dizer que seja isso que tenha ocorrido, mas ela é perfeitamente compatível para explicar essa sua “perplexidade”, entre aspas; a história é cheia de exemplos, a história de empresas, de instituições financeiras —, de determinado investidor que aceita assumir o controle de uma empresa, vai deter 51% das ações, e não aceita ter 49% das ações, porque para ele a aplicação tem a ver com ter o controle ou não ter o controle das operações da empresa. Isso é comum e corriqueiro no mundo. É só uma especulação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quer dizer, essa é a explicação que o senhor tem para a venda, para a colocação no prejuízo?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, eu disse: existe essa possibilidade. Nós estamos todos... o senhor está especulando e eu também estou especulando aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero saber, eu estou interessado em saber só. Como o senhor é um especialista e eu não sou, eu quero ouvi-lo. Quer dizer, o HSBC tinha colocado no prejuízo por essa questão ou o senhor acha que é uma hipótese?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não. Deputado, o senhor é tão especialista quanto eu nessa questão aqui. O que eu estou lhe dizendo é o seguinte: o senhor está especulando sobre hipóteses, eu também estou. Já que estamos todos especulando, estou especulando sobre uma outra hipótese. É possível — e já vi inúmeros casos na minha vida profissional aqui no Brasil — que faz uma diferença se uma decisão de investimento, aplicação no capital de uma empresa, é aumentar o percentual de presença ali sem qualquer influência no controle ou se é uma aplicação que envolve o controle. É isso que eu estou querendo lhe dizer, não precisa ser especialista para entender que há diferença. O senhor, se tivesse condições ou interesse em aplicar alguns milhões numa empresa, faria uma diferença para o senhor se o senhor está botando milhões numa empresa que vai ser administrada por quem o senhor não tem a menor idéia de quem é o administrador, ou se o senhor estava colocando dinheiro numa empresa para o senhor, competente administrador que é, administrá-la. Faz uma diferença. Isso é uma hipótese. Eu não estou dizendo que foi isto que ocorreu. Isso é uma



especulação, na medida que o senhor está especulando também sobre o que poderia ter acontecido, quando o senhor diz que a história precisa ser esclarecida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deixa eu colocar, então... eu vou tentar repor para o senhor, para o senhor ver que realmente a CPI vai precisar fazer esse contraponto, vai precisar investigar o que aconteceu com o BAMERINDUS, porque eu quero pegar a seqüência de fatos do BAMERINDUS. O BAMERINDUS estava em dificuldades? Sim. Então, o Sr. Andrade Vieira procurou, no primeiro semestre de 96, o HSBC para fazer o que o senhor disse que foi fazer em dezembro, que era o aumento da participação acionária. Isso foi o ex-Senador Andrade Vieira que colocou aqui. Ele propôs ao HSBC aumentar a participação acionária, mas isso foi no primeiro semestre de 96. E isso não ocorreu. O HSBC não quis saber de aumentar a participação acionária do BAMERINDUS. O Sr. Andrade Vieira também trouxe para a gente uma informação — quer dizer, isso não é uma informação dele, mas ela é pública — que a revista **Veja** publicou em agosto de 1996 uma matéria dizendo que já estava nomeado o Sr. Paulo Simões da Cunha, se não me engano, esse nome, como interventor do BAMERINDUS, uma matéria grande; e que ele ligou para o Presidente da República e o Presidente da República desmentiu essa questão, e que até hoje ele esperou um desmentido oficial das autoridades econômicas. Essa era uma matéria da revista **Veja**, não sei se o senhor teve acesso ou informação. O ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, teve acesso e comentou isso aqui na nossa Comissão. Ele se lembra perfeitamente dessa questão. Terceira questão: o Sr. Andrade Vieira disse que aqui, em outubro, já existia uma equipe do BAMERINDUS operando como se fosse operar a transição, outubro de 96.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Equipe de quem?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Do HSBC, perdão, uma equipe do HSBC já instalada na cidade de São Paulo — entende? — tem informações seguras. É o que está escrito aqui no depoimento dele, “informações seguras”. Mais tarde, ele disse que o senhor... Aí, a contradição: o senhor disse que propôs o aumento da participação acionária do HSBC, ele disse claramente que o senhor propôs a compra pelo HSBC. Realmente tem uma diferença. Perfeito. E ele disse que o senhor retornou e só no mês de fevereiro teria comunicado que o HSBC não



tinha interesse. Isso é em fevereiro. Em março, o HSBC compra o BAMERINDUS, perfeito? Olha a seqüência, olha a seqüência das questões. O que ele disse? Ele disse o seguinte: “O Banco Central, as autoridades econômicas e o Governo fizeram um conluio” — está escrito aqui no depoimento dele — “para passar o BAMERINDUS para o HSBC”. É muito grave essa acusação. É claro que ele se baseia também não só nessa questão que o senhor disse, da Impacel, mas no caso da Caixa Econômica Federal, da carteira de crédito do BAMERINDUS e outras questões, o caso dos **brazilian bonds**, etc., mas rigorosamente, Ministro, não bate essa questão. Quer dizer, como é que um banco que não tinha interesse, colocou no prejuízo, etc., um mês depois tem interesse e compra ou é premiado, digamos assim, com a questão do PROER? Eu queria entender essa questão. Eu acho que não fica claro, pelo seu depoimento, nem do ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Quer dizer, alguém aí, ou o Ministro Andrade Vieira está mentindo — entende? —, ele vem e faz um falso depoimento, ou os senhores pelo menos teriam interesse em esclarecer essa questão, porque as coisas estão ditas aqui, são depoimentos sob pena de perjúrio.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, posso fazer algum comentário?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Será que o Deputado permitiria, não sei se o Ministro... Não faz parte bem das regras. Eu só quero fazer uma lembrança apenas, talvez para facilitar o raciocínio. Quando havia essa negociação em relação ao BAMERINDUS, era o BAMERINDUS como ele era. A negociação foi feita posteriormente, na compra do banco, não foi a compra do banco, foi compra da parte boa do banco. A parte ruim continuou sendo BAMERINDUS e está aí ainda no Banco Central. Só queria lembrar isso aqui. Isso ajuda, talvez, o raciocínio das pessoas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, mas acho que isso não incide aqui sobre o que eu estou querendo saber. Inclusive, Ministro, antes de V.Sa. falar...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu gostaria de responder ao que o senhor falou.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Tudo bem, eu tenho aqui uma declaração sua, eu falo depois. Eu ouço o senhor.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Então, o senhor leia, por favor. Não tenho nada contra as minhas declarações.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Talvez o senhor não diga exatamente o que eu... Talvez o senhor falando agora não bata com o que o senhor falou em 11/6/97. Isso é de meu interesse. Então, eu prefiro ouvi-lo agora.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Olha, eu... Alguém fez uma referência aqui ao Doctor Watson. Eu acho que, assim, nós temos que manter — deveríamos — numa questão importante como essa, tentar manter sob relativo controle a idéia de que estamos escrevendo um romance policial, com suspeitas, seqüências de toda ordem. A questão aqui é uma questão, no fundo, no fundo, relativamente simples. Nós tínhamos um banco em dificuldades, dificuldades crescentes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só um instante, Ministro. Eu acho que o senhor está com a palavra, o Presidente vai garantir. É que começou uma pressão governista aqui para segurar a barra aí do senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não há quem tenha paciência. Eu quero ir embora!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que ele nunca vem. Ele só veio hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Eu sou governista e a minha paciência é até infinita, V.Exa. sabe.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não, não é verdade. Tenho acompanhado todo o processo e tenho ouvido, tenho cansado de ouvir as milongas infundáveis.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tinha a prerrogativa de falar antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Eu atesto que o Deputado Hauly realmente tem sido presente nas sessões. Entendo o comentário, mas, por favor, vamos assegurar a palavra ao Ministro. Eu peço a compreensão, porque realmente o Ministro tem uma programação na seqüência e nós insistimos na agenda hoje, para esgotarmos antes do período de recesso. Então, com a palavra o Ministro.



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu vou procurar ser breve, porque eu acho que essa história para mim é clara no que ela tem de essencial, de importante para essa discussão. Nós estávamos enfrentando uma situação de um banco, um banco grande, de grande porte, importante no Brasil, com flagrantes e crescentes dificuldades ao longo desse ano de 1996, reconhecidas, explicitamente como tal, pelo seu acionista controlador. Tanto é que conversava conosco com frequência sobre esses casos que mencionei: venda de Impacel, operações que foram feitas com a seguradora do banco para melhorar a situação do banco, discussões sobre carteiras. Havia várias formas de tentar lidar com a situação do banco, que vinha se deteriorando. Eu não era parte integrante, intermediária, de negociações. Não é a minha função, nunca foi e nunca será. O ex-Senador e ex-Ministro Andrade Vieira nos comunicou que estava buscando, entre essas várias outras tentativas de lidar com o banco, com o aumento da participação acionária do HSBC na sua instituição, assim como algum momento teve um banco, se não me engano, o UBS, que fez uma proposta também para lidar com isso, que não foi aceita pelo Banco Central, porque não havia aporte de capital, aumento da participação com a presença no capital do banco. Era uma proposta de outra natureza, se me lembro bem. O fato é que a razão pela qual o HSBC entrou nisso, por iniciativa do próprio Senador, que havia negociado no passado — não sei se foi ele ou os seus irmãos, à época que conduziam o banco, que haviam negociado essa participação do HSBC no capital do banco —, era natural que ele procurasse, para resolver, contribuir para resolver o problema do banco, um aumento dessa participação no capital. Eu não tenho a menor idéia, Deputado, quando, no primeiro... O senhor disse aqui que no primeiro semestre de 1996 ele procurou o banco. Isso era problema dele, como acionista controlador, e não nosso. Se tinha ou não tinha equipe do HSBC e quem era essa equipe, em São Paulo ou em um hotel, estudando o banco, também não tenho a menor idéia, mas não me surpreenderia. É uma hipótese plausível nesta especulação desenfreada que estamos fazendo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que o seu colega, então, está fazendo. O seu colega de Ministério está fazendo, porque esse é o depoimento dele que estamos citando.



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Ex-colega de Ministério e volto a dizer: uma pessoa profundamente magoada, ressentida, irada, com toda a razão, pelo fato de ter perdido o controle de um dos maiores bancos privados brasileiros. Então, entendo essa subjetividade, mas não quero entrar neste aspecto, não quero entrar neste aspecto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Entendo com toda a razão o que o senhor está me dizendo, que é com toda a razão ele acusa o Governo de ter quebrado o banco dele?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não quero entrar em psicologia aqui. Acho que temos que tratar com coisas objetivas e não coisas subjetivas. Então, objetivamente, não me causaria espécie se um banco que estava sendo instado pelo acionista controlador a aumentar a sua participação no capital tivesse mandado um grupo de pessoas para fazer as análises para saber se tomaria ou não aquela decisão. Nenhum vejo nenhuma ação conspiratória, nenhum complô e, certamente, o Governo não tem nada a ver com isso. Quando que o banco teria informado que não teria interesse no aumento do capital, se o fez, fez diretamente ao ex-Senador e ex-Ministro e não a mim. Não sou moleque de recados de ninguém. Portanto, não foi feita a mim a informação de que não teria interesse formalmente por eles. O que comuniquei ao Senador, quando já estávamos lá, em 1997, em umas conversas que tivemos, é que ao que tudo indicava, na medida em que ele e eu havíamos indicado ao banco que teríamos interesse de que eles aumentassem a participação no capital e eles não haviam feito que, provavelmente, eles não estavam interessados em aumentar a participação no capital num banco controlado pelo atual controlador. Agora, é aquela observação que fez alguém: faz uma diferença — não quero repetir o argumento que lhe dei anteriormente — se alguém está considerando aumentar o seu aporte de capital em uma empresa ou no banco com o mesmo controlador que levou o banco à situação em que ele se encontrava ou em um outro contexto, com um outro controlador. Essa é a razão pela qual o PROER foi feito, dizendo: só vamos fazer uma operação quando houver uma mudança do controlador da instituição, porque não podemos tentar uma solução para o banco, mantendo o mesmo controlador que levou o banco à situação que exigiu aquela intervenção. Essa é que a substância da discussão. O resto é romance policial.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero ler, aqui, o senhor disse, aqui, em 1997, e que tem uma contradição, não com o que o senhor disse, mas tem com o que rigorosamente disse, aqui, o ex-controlador, Andrade Vieira. E, certamente, essa questão do HSBC ter interesse ou não no BAMERINDUS é uma questão que aparece de última hora. O senhor diz, aqui, o seguinte, no depoimento, na pág. 219, diz o seguinte: “E, aqui, me permite chegar ao ponto em que a operação acabou sendo feita com o Hong Kong and Shanghai Bank, como é do conhecimento de todos” — muito bem — “Menciono que a razão fundamental é uma. Não surgiu em prazo hábil nenhuma grande instituição com o volume de capital necessário aceitável para o Banco Central, disposta a assumir o controle acionário do banco BAMERINDUS, na época, desejável pelo Governo”. Ora, o senhor teve esse diálogo com o ex-Ministro Andrade Vieira, em fevereiro — em fevereiro —, um mês antes, no máximo, um mês antes que o HSBC comprar o BAMERINDUS, da intervenção e da realização do PROER, enquanto que surgiu uma outra, que já era acionista do Banco e que já detinha mais 6% do capital — o senhor não disse que ele botara no prejuízo — que havia sido contratada pelo antigo acionista, o que é verdade, quer dizer, um anos antes quase, e seus administradores, buscando um aumento expressivo de sua participação no capital no banco e que expressou o seu interesse, sim — expressou o seu interesse, sim —, em realizar algo que nenhuma outra grande instituição financeira brasileira ou internacional, através do seu (*ininteligível*), seja do antigo acionista, seja da administração do banco. Quer dizer, veja, o depoimento do ex-Senador Andrade Vieira é de que o HSBC não manifestou interesse até fevereiro, um mês antes. O senhor está dizendo que ele manifestou interesse. Tem uma contradição aqui.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não tem, Deputado, me desculpe. Peço a sua atenção, por favor, porque não tem contradição absolutamente nenhuma, se o senhor se der ao trabalho de tentar entender o que vou lhe dizer. É óbvio que faz uma diferença, para usar a sua expressão, se um banco tem interesse ou não em ter uma participação acionária que pode variar percentual, que chegue até o controle ou não. Isso depende das condições e do tempo em que a decisão é tomada. A sua história parece que era um banco que estava lá, exatamente o mesmo desde a detecção dos problemas, da preocupação, até a efetiva transferência, sem nenhum



feito em termos de depreciação de seu capital, patrimônio líquido ajustado negativo, perdas de depósitos, prejuízos mensais crescentes ao longo do período, o que não era a situação. O banco estava em um processo de deterioração envolvido. Portanto, as condições e o tempo que uma decisão é tomada faz uma diferença, se estamos falando de um determinado mês, de um determinado ano ou mês de outro ano. De novo, é especulação. O senhor está dando um peso, importância, a depoimento com muitos graus de subjetividade e eu estou me referindo a elementos de objetividade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não é subjetividade. Se o Andrade Vieira chega aqui e fala que o banco foi quebrado, e foi quebrado propositadamente, não tem subjetividade.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - O senhor acredita imediatamente. O senhor transforma isso em coisa verdadeira.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero que o senhor esclareça. Não faço como verdadeira. Ele faz uma seqüência de fatos. Não bate.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Assim não dá, assim não dá.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O HSBC não mostra realmente em um período, e, no último mês, ele mostra, entende?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, Deputado, posso fazer dois comentários, se me permite?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Primeiro, o senhor está insistindo no fato. O senhor ouviu aqui uma frase da qual aparentemente o senhor gostou e o senhor a transformou em algo verdadeiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou falar outras frases piores...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - É obviamente foi inverdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...do que o Andrade Viera disse aqui.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, não, mas o senhor...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o Governo parece...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Isso nos transforma...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...parece passar ao largo disso.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem é o Andrade Vieira? “Ah, esse cidadão aí é um magoado, é um arrependido etc.” Não é isso, é uma questão política aqui.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Olha.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui é uma CPI.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Bom, se...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A pessoa vem aqui e faz um depoimento desse forte...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Ah.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...e vocês tendo que falar: “Isso é um problema de ressentimento.” Não é de ressentimento, tem alguma questão aí no meio.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - As questões objetivas eu acho que nós devemos discutir, as especulações, questões subjetivas, questões puramente políticas, que tanto lhe atraem, não deveriam estar no centro dessa discussão. Isso não é uma discussão puramente política, eu volto e dizer que o Senador...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que nós estamos fazendo aqui é política, Ministro; me desculpe.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Ah, bom.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Razões políticas, razões políticas são essas mesmas...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Ainda bem que o senhor reconhece isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Existe isso.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Então o senhor acabou de dizer o que estava querendo dizer em outras palavras.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tem a mania de dizer isso na imprensa que alguém está sempre politizando, invenções políticas, etc., só que é política mesmo.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Ótimo, fico satisfeito de o senhor dizer isso explicitamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem essa história de que não é... O senhor também está sendo político. Todos inclusive puxam o depoimento do fulano,



alguém do seu partido, seu candidato a Presidente etc., não é isso. Eu estou falando o seguinte: um ex-colega seu faz um depoimento contundente aqui, e o senhor está dizendo: "Isso é puro ressentimento". Não, eu estou tentando mostrar o seguinte: há um cronograma colocado por ele. O cronograma que o senhor coloca não bate. Eu estou pedindo esclarecimento ao senhor.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - E eu estou tentando lhe dar esclarecimento, Deputado. Fico satisfeito de dizer que a sua postura é política no trato desse problema.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É política mesmo.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - E eu não tenho nenhum problema em discutir questões políticas também. Agora volto a insistir: quando uma pessoa, qualquer que seja, no caso, o Senador Andrade Vieira, diz que boatos partiram do BC e tem nomes a citar, eu digo aqui ao senhor e vou repetir: ele está obrigado a citar esses nomes e não fazer uma ameaça dessa natureza e deixar essa acusação pairando no ar. Eu tenho certeza de que o senhor, se refletir um pouco, haverá de concordar comigo, que é melhor dar os nomes do que dizer que tem os nomes e se recusar a dá-los, porque não tem certeza se tem base a afirmação que está fazendo. É... vamos voltar à questão aqui que tanto lhe preocupa na questão de cronologia e cronograma no tempo. Eu não fui o interlocutor cotidiano e diário das instituições que estavam explorando a possibilidade de eventualmente se interessar pelo banco, porque quem conduzia isso era o Senador. Com o UBS, eu soube que algum momento teve uma conversa com o Banco Safra também. Ele estava conduzindo essas conversações da maneira que lhe parecia apropriada, e eu não era um partícipe dessas conversas. Portanto, eu estou com dificuldade de entender aqui a excitação com a idéia da cronologia, porque eu já lhe disse: a minha única participação nessa questão foi, combinado com o Senador, explorar a possibilidade dessa instituição inglesa, o HSBC, aumentar a sua participação no capital. É só isso. A decisão que a instituição tomou...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então o senhor confirma, só para eu fixar essa questão, que, no diálogo que o senhor teve com o ex-controlador, em nenhum momento o senhor falou que ia a Londres e ia propor a venda do banco. O senhor propôs o aumento do controle, é isso?



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - E volto a insistir, Deputado: eu jamais iria a Londres, cobrando do Governo brasileiro, para tratar dessa questão. Eu fui a Londres por outras razões e toda vez que eu viajo eu recebo pedidos de audiência de várias instituições. No caso, aceitei e disse a ele: "já que vou estar em audiência, posso levantar a questão da presença maior da participação do banco?" E nós estávamos conversando sobre isso. Eu sabia que era um desejo, um interesse dele, já o que ele vinha trabalhando há algum tempo. Foi só isso a minha participação nessa questão. Agora o senhor me diz: "bom, mas, depois lá já em 1997, o banco disse que não tinha interesse em aumentar a participação. Quando é que mudou? E o banco disse que não tinha interesse na participação, mas tinha interesse em assumir o controle?" Não sei a data exata, mas algum momento o banco deve ter dado essa indicação para o Banco Central que era exatamente o que o Banco Central estava buscando, Deputado. Foi assim no caso do Econômico. O próprio Ângelo Calmon de Sá e o Banco Central estavam procurando um controlador do Banco Econômico que pudesse substituir o atual controlador. Foi assim no Nacional. Nós dissemos: a família Magalhães Pinto terá que deixar de ser controladora do Banco Nacional. Nós não vamos fazer uma alteração, mantendo-os como acionistas controladores. O mesmo se aplicou aqui neste caso, quando se encontrou uma instituição que, assim como foi essa, Deputado, poderia ter sido uma outra, se tivesse aparecido uma outra. O fato é que nenhum grande banco privado nacional interessou-se por assumir o controle do BAMERINDUS nesse período, nenhum apareceu no Banco Central. Houve uma sondagem do...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O BCN?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Perdão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O BCN não estava interessado?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Que eu saiba não, Deputado

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está na lista do Senador Andrade Vieira que a UBS, a União de Bancos Suíços, que ele cita no depoimento dele...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Hum, hum.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE ...e o BCN, fora a questão do Safra que V.Exa. também citou.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Bom, essa era uma questão dele, responsabilidade dele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito, eu queria finalizar dizendo o seguinte: Ministro, eu queria dizer o seguinte: eu acho que a CPI não pode relevar um depoimento que vem com... por escrito, e depois com a contundência das respostas que foram dadas, de alguém que participou por dentro do Governo, que apoiou o seu projeto, esse projeto de Governo e que faz uma acusação grave, mas, mais do que isso, agora passa a processar o Governo, está certo? Então, nós entendemos e eu já pedi, eu entrei com um pedido de acareação entre o ex-Presidente do Banco Central Gustavo Loyola e o Senador Andrade Vieira, porque a maneira de resolver incongruências ou se as pessoas não estão falando verdades, entende, é o confronto, entende, de idéias ou de palavras. Então, eu perguntaria ao senhor se o senhor tem disposição de vir aqui esclarecer isso que aconteceu. O que se resume... O senhor pode dizer que é uma frase de impacto, e é correto, mas a frase impacto tem um significado: é que houve um processo de fritura do banco — diz ele. Diz ele, eu não estou dando razão a ele, eu quero dizer ao senhor o seguinte: eu quero esclarecer, entende, agora que, no caso do HSBC, não está claro que esse banco tenha mostrado interesse, tenha feito aporte de capital, entende, mesmo na sua resposta, como ele disse, ele não mostrou interesse ou ele estava avaliando, mas ele chega um mês depois e está prontinho para entrar no circuito e tal. Que está esquisito está e isso precisa ser esclarecido, entende?

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - É...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então eu peço que V.Sa. se disponha também, como o ex-Presidente do Banco Central se dispôs, a fazer essa acareação com o ex-controlador do BAMERINDUS Andrade Vieira. Queria saber disso, porque nós pretendemos... O Governo pode usar sua maioria, como o Governo usou cinco anos, para impedir a CPI aqui na Câmara, mas eu acho que é de todo importante para o senhor e para o Governo esclarecer essa questão, porque ficou realmente no ar essa questão.



O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Deputado, posso responder a sua pergunta? Eu tenho, eu tenho, como tem o Governo Fernando Henrique, o maior interesse em esclarecer todas essas questões. Eu não tenho interesse, e não vou fazê-lo, é um bate-boca público com um ex-banqueiro para servir de palanque para outro tipo de interesses que eu acho que não tem nada a ver com o esclarecimento da questão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não vai ser público, vai ser uma sessão reservada, viu, Ministro.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Bom, eu acho que não teremos nada a ganhar com isso e eu não tenho o menor interesse em fazer tal coisa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, nós vamos apresentar...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - E a repetição, a mera repetição, como o senhor fez aqui: "uma reiterada repetição dos mesmos argumentos..."

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só que na acareação são os autores falando...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - ...apesar das tentativas de esclarecimento, também não ajuda muito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas são os autores falando. Eu, como Parlamentar da CPI...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - O senhor está assumindo como absolutamente correto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - ...e verdadeiro...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí é interpretação sua.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - ...um determinado depoimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu estou...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Tanto é que o senhor repetiu inúmeras vezes aqui esse...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...trabalhando com cronograma, dados e fatos.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu também.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. está fazendo ilações que eu não aceito.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Não, o senhor está fazendo ilações.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A mim interessa...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - O senhor está fazendo ilações.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...esclarecer os fatos como membro da CPI, como me interessava...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - A mim também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...há cinco anos atrás.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - A mim também, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu vou usar a minha prerrogativa, Presidente, e vou propor um requerimento nessa direção. Eu acho que isso traz uma contribuição à CPI, esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Queria esclarecer, Deputado Ivan Valente, que eu não tenho nenhuma vocação de bedel e tenho dado total liberdade para o nosso processo de inquirição. Eu só queria garantir também que o depoente tivesse oportunidade de, enfim, deixar registrada a sua manifestação na resposta, para que pudéssemos levar adiante. Então, V.Exa...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - ...já registrou o requerimento.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - O.k.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero agradecer a atenção do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Obrigado.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Eu quero agradecer a sua, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Ainda bem. Eu estava pacientemente esperando por duas horas e vinte, desde o primeiro inquiridor. Três inquiridores já passaram...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E eu mais ainda.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É. E o Relator mais ainda, que poderia ter a prerrogativa de falar em qualquer momento. Eu creio que V.Exa., Sr. Ministro, teve aqui três dos mais brilhantes Parlamentares da Oposição nesta Casa, competentes, atuantes, estudiosos, e creio que, no papel que eles exercem, de Oposição, destacadamente o último orador e o primeiro orador, com uma veemência, uma contundência nos seus posicionamentos. Mas quero registrar a coerência de V.Exa. nos seus pronunciamentos, no seu procedimento; quero registrar também o entendimento, o discernimento, a tolerância, o espírito democrático que deve pautar todos os homens públicos deste País: o discernimento, a tolerância, mais ouvir do que falar. E creio que aqui hoje os inquiridores falaram o dobro do que o expositor, o dobro. Eu faço questão de pedir, e peço ao Presidente esse levantamento, para deixar claro o caráter democrático. E mais: creio que ante a véspera de uma eleição tão importante que o Brasil tem, que é a de 2002, não poderia ser mais oportuno para as Oposições o momento da CPI, extremamente oportuno, extremamente dentro de um processo democrático, onde tantas outras CPIs estão protocoladas pela própria Oposição, por outros membros da base do Governo, e chegou a vez da CPI do PROER. A minha preocupação sempre foi uma: esclarecer se houve dano, prejuízo, fraude, dolo, ao Erário, no procedimento da execução do PROER. Quanto ao ponto de vista da concepção do programa, ficou registrado, patenteado aqui nesta Casa, da certeza absoluta que o Governo teve, do acerto da criação do PROER. Isso aqui já ficou patente nesta Comissão, que foi realmente um acerto. Depois de muitos anos de inflação, mais de 4 trilhões de inflação que tivemos neste País, acumulada, de percentual, 4 trilhões de percentual de inflação no País, vem a estabilidade econômica e um novo ordenamento econômico-financeiro do País, e os bancos brasileiros tiveram que se adaptar e ajustar. Evidentemente, os problemas com a estabilidade apareceram, e aqueles outros problemas encobertos pela inflação, porque a inflação não só roubava o dinheiro, o poder aquisitivo dos pobres, dos trabalhadores, mas também encobria, maquiava as contabilidades das empresas privadas, das empresas públicas, era uma ilusão inflacionária, de aumento de 100%, 200%, 300% no salário, nisso e naquilo. Tanto é que, no velho MDB nosso, quando eu militava, em mil novecentos e setenta e pouco, no velho MDB tínhamos a cartilha da Fundação Pedroso Horta que



dizia que enquanto os salários subiam pelas escadas, os preços subiam pelos elevadores. Usávamos isso nos pronunciamentos, porque era da cartilha que gerou o PT também, e os partidos da Esquerda que saíram do velho MDB, na fase última, recente. Então, quero dizer a V.Exa. que sempre acreditei e confiei na capacidade de coordenação da política macroeconômica do Governo que V.Exa., como Ministro da Fazenda, já no sétimo, indo para o oitavo ano, vem conduzindo. Da sua honestidade, nunca duvidei, da sua responsabilidade, de seu discernimento. É claro, um Governo tão grande e um sistema tão complexo — e o Brasil é a segunda sociedade mais complexa das Américas, só perdemos para a América do Norte, que é muito mais complexa do que a nossa sociedade brasileira, sem dúvida alguma —, um sistema financeiro que ainda, podemos dizer, que funciona, que tem uma base pública muito forte, que teve durante muitos anos, com todos os seus acertos e desacertos, uma base pública dentro do sistema financeiro bancário, que os bancos federais e estaduais exerceram um papel muito, muito grande, tanto é que os problemas dos bancos estaduais, de emissores de moeda, gerando fontes de receitas não legais, não convencionais para muitos Estados, chegou a esse ponto, de fazer um dos maiores saneamentos de todos os tempos para os bancos estaduais. E também para os bancos federais, porque o saneamento do PROER não é só para os bancos privados, há o programa de saneamento dos bancos estaduais e dos bancos federais. Acho que esse papel de ajuste, adaptação, tinha que passar, inevitavelmente, depois de muitos anos de inflação, de regras, de indexação, que levou este País a uma cultura, uma mentalidade inflacionária. Então, volto à questão: naquela época, o Acordo de Basileia permitia quinze por um, para cada um de patrimônio, alavancagem de quinze. Então, a concentração bancária era gigantesca, era de 17% do PIB a presença dos bancos no Brasil, e hoje mal chega a 7%. Então, ao contrário do que foi afirmado aqui, falta uma compreensão maior do que é o sistema financeiro, quantas vezes o Produto Interno Bruto brasileiro movimenta, no sistema financeiro, quantas vezes? Cem, duzentas, trezentas vezes? Quer dizer, você tem um PIB de 1 trilhão e 300 no Brasil, quantas vezes ele gira nos bancos, o sistema financeiro vai e vem, durante um ano, durante um exercício. Para se ter uma idéia da grandeza, quando se fala em 1 bilhão, 2 bilhões, 5 bilhões, tem-se uma idéia de grandeza; se multiplicar por 100, quer dizer, 1 trilhão e 300,



quantos trilhões de reais transitam pelo sistema financeiro bancário brasileiro durante um ano? Essa compreensão às vezes é que falta, na análise dos macronúmeros; quer dizer, temos todo um sistema, e se fez um ajuste do sistema, do PROER, com 27 bilhões, que poderá, no final, dar em um prejuízo, relativamente, de 6, 7, 8 bilhões, se é que vai dar, no cômputo de todo... Esse custo valeu? Eu creio, pior do que seria um risco para todo o sistema, porque implicaria quem pagaria a conta, no frígir dos ovos, são milhões de correntistas, milhões de correntistas, dentro da questão da alavancagem do acordo brasileiro. Se é quinze por um, quer dizer que o banqueiro alavancou quinze vezes o que ele tinha na economia, no sistema, entre empresas, pessoas físicas, aposentados, pessoas trabalhadoras que têm suas poupanças, suas aplicações, e todo tipo de papel, todo tipo de aplicação. Então, creio que o papel da Oposição é esse, e nós vimos aqui a característica da Oposição inquiridora, com, pelo que vimos, nenhum deles têm experiência no sistema financeiro, a não ser por estudos, participação legislativa atuante, competente. Quer dizer, eu falo porque já passei pelo sistema financeiro bancário público, fui presidente, na época, do sétimo maior banco público estadual do País, entre os trezentos bancos que tínhamos na época. Era o Banco do Estado do Paraná, que era o décimo quinto; no meu período conseguimos levantá-lo para o sétimo maior banco do País. Então, é uma compreensão, é um olhar diferente para a questão. Hoje, lamentavelmente, nosso Banco do Estado quebrou, faliu, por má administração, por má administração... Jamais se poderia deixar um banco tão rentável chegar onde chegou, por culpa única e exclusiva dos administradores estaduais, não do Banco Central, porque já havia os programas de PROER, já tinha passado por todos os outros programas de adaptação relativamente à questão do regime inflacionário. Também presidi banco de desenvolvimento, no meu tempo, no meu período, então, é um olhar diferente. E fico imaginando o Galileu, na sua época, sendo inquirido por monges beneditinos, contemplativos, de clausura, a questão da complexidade de um dos maiores cientistas daquela época. Parece-me que há um pouco assim de diferença, sem nenhuma, né? Evidentemente, a superação da capacidade intelectual das pessoas é muito grande, o ser humano é muito versátil e adaptável, e aqui no Parlamento muito mais: o Parlamentar, com o passar dos anos, adapta-se, e começa a ser conhecedor de muitas áreas, muitos segmentos da



atividade humana, principalmente essa atividade, que é extremamente complexa, que é o sistema financeiro bancário em nosso País. Então, quero atividade humana, principalmente essa atividade, extremamente complexa, que é o sistema financeiro bancário em nosso País. Então, quero dar minha contribuição no seguinte: eu me vejo, na questão BAMERINDUS, que é lá do Paraná, essa questão de colocar em prejuízo me toca muito; antes da compra, o HSBC coloca como prejuízo. Eu acho que o Relator, não é com V.Exa. Essa questão, acho que ela transcende, não é uma questão do Ministro, porque o Ministro veio aqui e deu sua contribuição; é uma questão mesmo de... o Relator olha esse procedimento, vê o balanço do BAMERINDUS da época, vê a conjuntura da época, para dar o seu posicionamento, para elucidar essa questão do lançamento de prejuízo da questão BAMERINDUS no HSBC. Parece-me uma parte central, elucidativa, que me toca muito nessa questão. Evidentemente, queremos aqui saber da exação — insisto, por último — da aplicação dos recursos do PROER: na hora que entrou, na hora que foi aplicado, como é que foi? Foi bem aplicado, não foi aplicado; o liquidante agiu corretamente, não agiu corretamente; que implicação teve? Parece-me que nessa questão central, se for atender ao pedido da CPI, é a relação do Banco Central com o sistema financeiro privado brasileiro. E queremos extrapolar um pouco mais, e tem sido extrapolado pela própria colocação aqui, até com a vinda do Ministro, que não era o Banco Central, era o Ministro da Fazenda, que sob sua guarda está o Banco Central do Brasil. Minhas colocações são essas, meu objetivo é a lisura, a transparência, que têm pautado nossa condução como homem pública, na certeza de elucidar todos os procedimentos do PROER, de toda sua aplicação, do seu retorno, da exação da aplicação dos recursos até agora aplicados. Que fique registrado: até agora não há nenhum prejuízo ao Erário, não há nenhum prejuízo ao setor público brasileiro; poderá haver, e acredito que haverá, mas até agora não houve, o PROER não deu nenhum prejuízo ao Erário até agora. Então, só reforço essa posição para deixar registrada nossa colocação; assim como aqueles que se opõem ao Governo o fazem politicamente, eu tento pelo menos fazer a parte mais técnica do que a parte política, que não precisa, porque a competência do Ministro é tão eloqüente, é tão... a olhos vistos, que ele mesmo não precisaria de ninguém aqui para poder fazer as colocações que às vezes fazemos, como homens que apóiam o Governo.



Quer dizer, fico tão tranqüilo que poderia ter ido embora tranqüilamente, que estava muito bem respondido o que foi feito até agora pelo Ministro, perante os três inquiridores que fizeram brilhantemente seu trabalho. Quero repetir: foram três Parlamentares brilhantes da Oposição que inquiriram V.Exa. e V.Exa., com tranqüilidade, discernimento, lisura e transparência, responde isso perante a Nação. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Queria agradecer ao Deputado Haully, em particular pelas palavras elogiosas que não mereço, dizer que compartilho com ele a avaliação que tenho, o respeito que tenho pelos Deputados que fizeram uso da palavra; em particular os três Deputados de oposição. Acho que mostraram, que fizeram seu trabalho de investigação prévia, haviam lido depoimentos. Acho que é com debates desse tipo que nós avançamos na compreensão de problemas e esclarecimentos da sociedade. Mas compartilho a avaliação positiva que ele tem, do papel fundamental de Parlamentares da Oposição, ainda quando, como foi dito aqui pelo Deputado Ivan Valente, tem como propósito a politização dessa discussão, quando a minha inclinação era menos a politização, da qual jamais me furtarei à discussão, e mais um entendimento daquilo que o Deputado Haully disse corretamente: houve dolo, fraude, corrupção, prejuízo, dano? O PROER não deveria ter sido feito, deveria alguma outra coisa melhor tê-lo substituído? Custos que sempre existem, como se comparam com custos alternativos de outras medidas, ou na inação? Acho que essa é a discussão relevante. Agradeço-lhes pela oportunidade que me dão de estar aqui; como sempre, estou disposto, nunca recusei um convite para vir à Câmara dos Deputados ou ao Senado; CPI, obviamente, é convocação, mas fui convidado inúmeras vezes e várias vezes me convidei, ofereci-me para ir lá debater, porque achava que era importante fazê-lo. E é algo que não faço desde agora, comecei a fazer isso há mais de dez anos, quando iniciei a negociação da dívida externa brasileira, eu, com freqüência, pedia conversas com Senadores, para lhes fazer um relato de como estava vendo a condução do processo de negociação da dívida externa. Algumas vezes formalmente, na Comissão de Assuntos Econômicos, e em muitas outras ocasiões informalmente, com grupo de Senadores interessados. E para mim foi uma experiência extremamente enriquecedora, da qual jamais me esquecerei, estar



submetido a perguntas que às vezes nos obrigam a refletir e pensar melhor, refrescam a memória, como tive a oportunidade de ver aqui hoje, de modo que queria agradecer-lhes pela oportunidade. Sei que o Relator ainda tem perguntas, mas agradeço ao Deputado Haully, assim como aos Deputados Ivan Valente, Milton Temer e os outros que fizeram uso da palavra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Com a palavra o Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero deixar expresso que esta CPI tem funcionado da forma mais aberta possível, com absoluta liberdade, a ponto de nós não termos, até o momento, tido nenhuma necessidade de votação, nenhum conflito. Todas as decisões foram tomadas até agora consensualmente, os consensos foram estabelecidos até agora. Pode isso não ocorrer até o final, é normal, mas temos procurado fazer com que a Oposição tenha absoluta liberdade de exposição; a atuação do Presidente nesse sentido é muito clara, muito explícita nessa direção, e eu até procuro ajudar, a ponto de não fazer aquilo que normalmente os Relatores fazem: cansar, na primeira hora, duas horas de perguntas, para depois deixar que a Oposição fique aqui, esperando o seu momento de falar. Não tenho usado essa prerrogativa, uma ou outra vez, e mesmo quando uso, tenho procurado ser muito restrito, muito limitado nas minhas colocações. Vou fazer um reparo ao Ministro, quando ele tratou de uma forma um pouco desagradado os moleques de recados. Acho que tem muitos moleques de recados que valem muito mais do que muito banqueiro por aí. Então, moleque de recado não é algo que... usamos isso no dia-a-dia, mas o que a gente tem visto aqui, o que vimos nesta CPI é a existência de banqueiros, de famílias que participaram, que viveram, e estão vivendo muito bem por aí, por enquanto, ainda continuam vivendo muito bem por aí, o que nos chama a atenção de como, neste País, em décadas e séculos se formaram, espero que se formem menos, mas, certamente, ali se formam interesses e privilégios que fazem com que essas personalidades, essas pessoas que, quando muito, tiveram lá atrás algum ascendente capaz, competente, inteligente, trabalhador, mas, certamente, não mais as gerações que vieram depois. São aventureiros, são gente que não têm o mínimo respeito com o dinheiro público, com o País, com seu povo, não estão nem



aí para isso. Então, salvem os moleques de recados, nossos pequenos moleques de recados nacionais, que, certamente, nunca tiveram, e não terão a possibilidade de ter proximidade com esses banqueiros que nós estamos vendo por aí. Acho que V.Exa., quando se referiu aos banqueiros falidos.. Realmente, aqui não tem se falado dessa forma tanto, mas de fato a gente tem ouvido muito por aí falar de banqueiros falidos. Tem alguns economistas da Oposição que falam muito nos banqueiros falidos: O PROER foi uma ajuda aos banqueiros falidos. Uns que até de vez em quando citam V.Exa. como utilizador da caneta Mont Blanc, como um dos crimes de V.Exa. O maior crime que eu vi de V.Exa. foi essa acusação. E até, para ironia, naquele dia, pelo menos, a caneta não era Mont Blanc. Não sei se hoje é ou não é Mont Blanc, mas...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - É uma Banco do Nordeste.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Banco do Nordeste. Essa foi a maior acusação que ouvi até hoje sobre V.Exa. e também não correspondia à realidade. Vou fazer uma observação sobre uma tabela que o Deputado Temer apresentou aqui, na questão da evolução — acho importante —, na evolução dos depósitos no período das intervenções no Econômico e no Nacional. Nós mandamos fazer aqui uma, não apenas com valores absolutos, mas com os valores relativos. E temos aqui as curvas de evolução. É absolutamente visível nessas curvas de evolução da participação relativa dos três setores — bancos públicos nacionais, bancos privados nacionais e bancos estrangeiros — que, no momento da intervenção do Econômico, há um evidente crescimento dos depósitos nos bancos estrangeiros e um evidente decréscimo de depósitos nos bancos privados nacionais. Isso aqui, neste momento, naquele momento específico, é bem claro. É bem claro também que, no momento da intervenção no Nacional, a partir da intervenção no Nacional, caem os depósitos relativos nos bancos estrangeiros e crescem os depósitos relativos nos bancos públicos nacionais. Mas há também um decréscimo dos bancos privados nacionais a partir daí. Eu diria que alguns dados precisam ser melhor analisados, evidentemente, precisam ser melhor avaliados. Eu não tenho todas as avaliações sobre isso, mas é evidente a existência de um deslocamento, num primeiro momento, para bancos estrangeiros principalmente e, num segundo momento, para bancos públicos, dos depósitos existentes e uma queda que vem se



mantendo nos bancos privados nacionais desde julho de 95 até, o dado que temos, fevereiro de 96 nos bancos privados nacionais. Então, há de fato sinais explícitos aqui da existência da possibilidade dessa crise sistêmica. Não tenho a conclusão total sobre isso, apenas cito isso como um elemento ainda de uma análise que temos de fazer entre nós com as assessorias e com os **experts** do assunto. Eu quero fazer também uma especulação sobre a questão levantada pelo Deputado Ivan Valente, também em forma de especulação da questão do HSBC ter colocado primeiro aqueles valores do seu capital como... Como é que se chama isso, a colocação no balanço como...

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Provisionamento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Provisionamento. Eu não tenho lá muita intimidade com as palavras — com o provisionamento. Eu acho que se o Banco HSBC, como acionista minoritário, estava acompanhando, pelos dados que temos hoje, acompanhando o banco BAMERINDUS, ele deve ter percebido naquele momento que o que ele tinha de 6% era mico, não era nada, era pó. Era pó, porque aquilo lá não era questão de alguns meses, não. Era questão já de um bom tempo, aquele processo vinha há bom tempo. E é fácil a gente verificar isso, que o patrimônio do banco era negativo há muito tempo já, e ele veio sendo cada vez mais negativo, cada vez mais em prejuízo. Ora, um banco minimamente sério, internacional, que acompanha os seus ativos deve ter verificado que os seus 6% não valiam mais nada. E é evidente que, no momento em que se foi fazer uma negociação com eles dizendo: “Olha, vocês querem aumentar o capital do banco, o capital do pó? Eu já tenho 6% de pó, vocês querem que eu fique com 30% de pó? Evidentemente, que não”. Eu estou especulando. Houve várias especulações aqui, eu tenho direito também de fazer a minha especulação. Agora, no momento em que se chegou à hipótese, chegou a eles a hipótese de: “Ah, não, você não vai ficar com banco BAMERINDUS, você vai ficar com o banco bom, o chamado pedaço bom”. Portanto, com patrimônio zero. Não é o patrimônio negativo, é o patrimônio zero: ativos e passivos se equilibrando. “Você quer ficar com esse banco?” Aí, evidentemente, o HSBC deve ter pensado: “Vamos ver, então. O quadro é outro, não é mais aquele. É outro agora”. E a opção, portanto, não era dizer... A questão do Deputado Ivan Valente é não saber por que o HSBC não queria ficar com 30% de



pó. Se ele já tinha 6% de pó, por que não queria ficar com 30% de pó? Para mim me parece absolutamente evidente isso daqui. Em todo caso é uma especulação, nós não sabemos se vamos chegar a uma conclusão concreta em relação a isso. Mas eu vou fazer então algumas pequenas questões e rápidas questões. Ministro, o senhor num certo momento que em outros países houve uma solução entre os próprios bancos. Os próprios bancos se reuniram, sentaram, discutiram, havia o problema com um banco e resolveram o problema entre eles mesmos. Os bancos fazem isso. Evidentemente, sabem que a quebra de um banco pode levar a uma crise que afeta a todos. Imagino que os bancos nacionais também deviam estar preocupados com essa situação que estava ocorrendo nos bancos que estavam em dificuldades. O Governo não pensou em adotar alguma coisa semelhante a isso, ou tentar articular os bancos no sentido de eles agirem, suportarem esses bancos em dificuldade de maneira a poder superar essa fase dificuldade? Essa é a primeira pergunta. Eu vou fazer já as três e, assim, V.Exa. responde a todas ao mesmo tempo. A segunda é a seguinte: o Banco Nacional... V.Exa. respondeu sobre a situação do Banco Nacional. Eu também tenho um quadro, mas o quadro meu é de 30 de setembro de 2001, em que aparece de fato, no Banco Nacional, especificamente, um saldo sem cobertura de 4 bilhões e 187 milhões. Previsão deste momento, não é? Porém, a dívida com o PROER era de 6 bilhões e 121 milhões. O saldo devedor das reservas bancárias era de 7 bilhões e 689 milhões, ou seja, e aí o resultado final seria o seguinte: porcentagem de cobertura da dívida do projeto 100%. Ou seja, a dívida do PROER, por aqui, está coberta, todinha. Em todos os bancos, em todas as intervenções da dívida do PROER foi coberta. O que não está coberto é o saldo devedor de reservas bancárias, que no final hoje estaria em 14 milhões no conjunto todo do sistema — 14.141 —, e o saldo sem cobertura previsto seria 6 bilhões e 772. Mas esse valor não é do PROER, porque o PROER foi todo coberto. Eu gostaria que o senhor fizesse uma interpretação a respeito disso. Evidentemente, deve ter tido um custo, porque esses valores aqui... Como o passivo e o ativo não crescem na mesma proporção, precisaria fazer uma análise disso também para ver como é que se chegou a esses números. Mas, pela conclusão que estou tendo aqui, é que nós tínhamos, no momento das intervenções, saldos devedores bastante expressivos, especialmente no Nacional. No



BAMERINDUS, aliás, a dívida do PROER está terminada. Não tem mais dívida com o PROER. Está encerrada a dívida com o PROER do BAMERINDUS. Vai ficar, sim, um saldo devedor que está previsto aqui, que hoje é 2.397, que é das reservas bancárias. E a previsão que o saldo sem cobertura fique em 1 bilhão e 48 milhões, o saldo sem cobertura. E aí, provavelmente, vão ser os administradores e controladores que vão ter de ir em cima deles para fazer a cobertura disso. Agora, o que me chama atenção nisso tudo é o fato de nós estarmos reféns. No processo que temos hoje em dia, nós somos reféns, porque à medida que, chega um certo momento em que a intervenção é feita, ou a liquidação receita, quando a vaca já foi para o brejo, ou seja, ela é feita **a posteriori**, depois que as reservas bancárias estão elevadas, quando os bancos não têm mais interbancários, não têm mais condições de enfrentar a situação, aí, sim, é que é obrigado a fazer a intervenção. E aí, essa reserva bancária não tem nenhuma garantia. O PROER tem garantia, reserva bancária não têm garantia. Ou seja, no momento em que foi feita a intervenção, com PROER ou sem PROER, essa bomba existiria hoje do mesmo jeito, porque ela já existia antes e continua existindo hoje. Não foi o PROER que mudou essa situação. O PROER só mudou a situação em relação ao banco em si, aos correntistas do banco, aos investidores do banco, sim, não em relação ao buraco junto ao Banco Central. E a terceira questão é sobre o Banco Central em si. O que nós temos visto nesses três meses aqui de trabalho que estamos tendo, o Banco Central tem — acho, eu diria — três grandes linhas de atuação. A primeira, supervisão e regulação. A segunda, autoridade monetária. Intervém nos mercados como autoridade monetária. A terceira é o papel de liquidação, intervenção, liquidação, aquela operação toda que tem de ser feita. A primeira tem um caráter muito técnico de regulação e fiscalização, fortemente técnico. A última, também, liquidação fortemente técnica. A autoridade monetária não, fortemente política. Emanada de determinações políticas. A meta é inflação, a meta é déficit, a meta é dívida, enfim, seja o que for. Por que essas coisas estão todas juntas? Não seria o caso de se fazer uma mudança no sentido de se dividir essas funções, para que elas pudessem ser realizadas por órgãos mais adaptados a isso? No caso de uma regulação, por exemplo, regulação e supervisão, há uma agência típica das agências que temos criado nos últimos anos. O caso da função monetária



evidentemente é uma função muito mais política, muito mais — eu diria — ligada ao próprio Governo, ao próprio Ministério. São essas as questões apenas, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN - Muito obrigado, Deputado Alberto Goldman. É sempre um prazer ouvi-lo. Em primeiro lugar, eu queria registrar aqui que aceito o seu reparo. Não havia nenhuma intenção, digamos, negativa no uso da expressão “moleque de recados”, exceto um sinônimo para mensageiro, intermediário e tal. Tenho o maior respeito pela dignidade humana de qualquer pessoa, qual seja a sua atividade e é, na verdade, aquilo que faz com que não haja diferença entre seres humanos, porque todos eles são, como tais, portadores da mesma dignidade. Eu não faço distinção. Eu queria dizer que a idéia era intermediário e mensageiro, que eram as palavras que eu havia usado sem nenhuma conotação pejorativa a quem desempenha essa atividade na vida. Sobre a idéia, fiquei satisfeito pelo Relator Alberto Goldman mencionar que, na verdade, apesar de a expressão não ter sido usada aqui hoje, talvez porque há anos que eu digo que a expressão é absolutamente equivocada, mas ele registrou aqui que essa expressão “o PROER foi feito para salvar banqueiros falidos” é uma expressão que eu já ouvi dezenas de vezes em cima de palanques e fora de palanques de vários chamados economistas e Parlamentares da Oposição. É uma expressão absolutamente equivocada. A idéia do crescimento de depósitos, essa alteração na composição entre os depósitos em bancos, grandes bancos privados nacionais, bancos estrangeiros e bancos públicos oficiais, é verdadeira. Foi um problema que nós encontramos em alguns momentos de um certo... O Gustavo Loyola usou uma expressão, “um certo impulsamento” de liquidez, por razões de preferência do público. O público sente que são mais garantidos os depósitos que mantém em momentos de maior dificuldade, seja num grande banco público federal, seja num banco estrangeiro, protegido pela sua casa matriz, seja num grande banco privado nacional. E nós observamos inúmeras vezes, em momentos de turbulência, esses deslocamentos os depósitos e preferências por algo que o depositante percebia como mais seguro do que um banco de menor porte, ou menor conhecimento, ou sobre o qual se dizia algo. E daí a importância dessa questão de rumor. Eu acho que aquilo que o Relator Alberto Goldman chamou como especulação sobre a questão dos 6% que teriam sido provisionados, na virada de 96 para 97, por parte do HSBC,



que é um ato de gestão, a especulação que ele levantou é uma especulação perfeitamente plausível. Eu não quero ficar especulando aqui, porque não fui parte da discussão, o que poderia ter levado um grande banco internacional, decidindo — como tem de tomar dezenas de decisões em dezenas de casos, em dezenas de países do mundo — que naquele caso específico ia tomar essa decisão. A hipótese do deputado Alberto Goldman e é uma hipótese perfeitamente plausível. Não quer dizer que seja verdadeira, mas é uma hipótese plausível, que ele já estivesse considerando como de escassíssimas possibilidades de recuperação. Os seis vírgula poucos por cento que lá tivesse, tanto é que o provisionado e que, portanto, tivessem dúvidas sobre aumentar ainda mais uma exposição que ele já estavam com alta probabilidade, considerando como sendo uma, reconhecendo como uma perda potencial. E eu acho que ele tem razão quando diz num contexto distinto, como dizia Kant, em determinada situação se toma uma decisão. Você avalia uma situação de uma determinada maneira. Quando a situação muda, é natural que as pessoas avaliem a situação à luz da mudança que ocorreu naquele contexto. Sobre as três colocações mais diretas do Deputado Goldman. Ele mencionou que, em alguns outros países, houve solução entre os próprios bancos. É verdade. Às vezes sob o acicute a pressão dos reguladores, da autoridade monetária. Foi o caso do LongTerm Capital Management, que eu mencionei. Foi por pressão dos reguladores que um grupo de bancos fez o que fez. Os problemas de coordenação e competição entre eles dificilmente permitiria que moto próprio chegassem àquela solução. No caso aqui, acho que a dificuldade é derivada exatamente de que boa parte desses bancos são, ou se vêem como tal, competidores de um banco que está sendo o objeto de análise mais acurada e têm problemas de coordenação e de agir em conjunto, a não ser que motivados, coordenados pela autoridade monetária, o que é algo problemático e é difícil. No caso específico do BAMERINDUS, a informação que o Banco Central me transmitiu, em algum momento, é que eles e o acionista controlador, ou ex-administrador, não haviam encontrado da parte dos grandes bancos privados nacionais um interesse na compra ou na assunção do controle acionário do BAMERINDUS. Esse é um ponto que eu acho que deve ser levado em conta. O Deputado Goldman tem razão, quando ele mostra que a dívida total junto ao Banco Central, na verdade, é uma soma de dois grandes componentes, uma



dívida perante o PROER e a dívida derivada do saldo devedor de reservas bancárias. A dívida do PROER nós, olhando os números, achamos que ela vai ser coberta com as garantias da operação, ao longo do tempo, são o que os números estão indicando. E como ele mesmo anotou, eu estava aqui com os números de 30/6, ele já está com os números de 30/9, e vocês vejam que já têm diferenças, porque esse é um processo em andamento onde a liquidação de ativos, mudança do preço de mercado dos papéis em garantia. Esse é um processo em andamento, que não está finalizado. Ele fez uma observação da maior importância. Ele disse: "Mas, será que não podemos ter uma situação em que a intervenção é feita, não quando a situação já é desesperadora, patrimônio líquido negativo, reserva para virada em valor expressivo?" Esse é a razão pela qual, como decorrência mesma dessa experiência, o Banco Central vem alterando e melhorando profundamente seu sistema de regulação e supervisão, para torná-lo mais, para o olhar adiante, menos preocupação com passado, saber se no passado certas práticas, procedimentos, formulários foram preenchidos corretamente, se a informação chegou no passado na forma apropriada ao Banco Central. E, cada vez mais, a análise do Banco Central é olhando adiante, identificando problemas futuros que inspeções possam ter. E nós estamos fazendo coisas pela primeira vez na história deste País. No último ano e meio, por exemplo, pela primeira vez na história do Brasil, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia foram submetidas a uma inspeção geral consolidada por parte do Banco Central, uma tarefa que demandou mais de um ano de trabalho conjunto com os competentes corpos técnicos dessas instituições, um diálogo constante, do qual resultou um processo que concluímos agora em junho, com mudanças profundas nessas instituições. É o que foi feito pela primeira vez na história do Brasil. O Banco do Brasil jamais tinha sido submetido a uma inspeção geral consolidada onde não se deixou pedra sobre pedra e não estava olhando o passado, estava se olhando problemas futuros na carteira do banco e seus passivos, o mesmo nas outras instituições. De modo que essa mudança acho que é extremamente importante. Por último, o Relator levanta um problema que acho que na linha das coisas propositivas, de uma CPI como essa, deveria merecer um destaque no relatório, que essa questão ele tem razão. Há três grandes áreas de funcionamento no Banco



Central. É sua função de supervisão e regulação bancária, que em alguns países do mundo é fora do Banco Central, há países no mundo que têm agências voltadas para supervisão e regulação bancária, que não estão na órbita do Banco Central. A sua função de autoridade monetária, de condução da política monetária creditícia e cambial e a sua função de liquidação de instituições financeiras. Ele tem toda razão a notar que é uma discussão legítima e que deve ser feito olhando a longo prazo, se existe alguma lei inexorável, ou uma única experiência internacional que diga que todas essas funções tem que obrigatoriamente estar juntas numa mesma instituição ou autarquia como é o Banco Central. A experiência internacional é a mais variável possível. Vou dar minha opinião aqui. Estamos todos de acordo que a função de autoridade monetária, na qual o Banco Central implementa uma decisão política do governo, por isso que estamos defendendo aqui — seria bom se esse relatório pudesse de alguma maneira contribuir para esse debate — a autonomia operacional; não é independência, não é autonomia, para fixar seus próprios objetivos. Quem fixa os objetivos do Banco Central é um governo legitimamente eleito, que diz: O Banco Central tem a responsabilidade por operacionalizar esta decisão política. Espera-se que o faça com competência. Operacional, portanto. Autonomia é isso, é algo que achamos que faz sentido no momento atual e não tem nada a ver com a idéia de independência ampla, geral e irrestrita, ou autonomia ampla geral e irrestrita, como eu vejo em maldosos discursos daqueles que são contrários aquilo, apresentado uma visão que é distinta da nossa. A função de supervisão e regulação bancária, é em outros países, conduzida por outra agência. Aí, Goldman, vou te dar uma opinião pessoal. É possível que isso venha ocorrer um dia no futuro, agora eu conheço, por experiência própria, as dificuldades de você criar rapidamente uma estrutura institucional com os recursos humanos, a experiência acumulada, a memória institucional e a competência para realizar uma tarefa que não é trivial. De modo eu acho que isso pode até mudar um dia, no futuro, mas no momento, não existe uma competência pronta, teria que ser construída fora do Banco Central, para lidar com essa questão. Então, no momento, eu acho que ela tem que continuar no âmbito do Banco Central. Na liquidação, eu acho que o Deputado Goldman tem toda razão. Seria vantajoso, a meu ver, que a tarefa de liquidação de operações como essas pós-intervenção, como o que estamos



fazendo. Por exemplo, criamos agora essa empresa EMGEA, Empresa de Gestão de Ativos, que é uma maneira de lidar com a disposição de ativos, que o Governo tem. E eu sou favorável, em princípio, a explorar mais essa idéia de que essa atividade de equacionar, de recuperação de créditos, pós-intervenção de uma instituição, essa não é necessário que esteja obrigatoriamente no âmbito do Banco Central. Mas, guardadas as devidas proporções voltamos a idéia de como criar uma empresa, uma agência rapidamente, que possa com competência, com quadros, com recursos, com memória e com experiência dar continuidade a esse processo, porque ele está em andamento. Pegaram algo que está em andamento, não se está começando do zero. Mas acho que a questão que ele levanta é da maior importância. Por último, se me permitem concluir, já que o Relator Alberto Goldman estava presente na sessão na Câmara dos Deputados, quero crer que tenha sido exatamente há um ano, quando nós estávamos discutindo o Orçamento e o Deputado apresentou uma idéia que para mim sempre fez o maior sentido, era uma sessão para discutir a estimativa de receita do Orçamento, saber se estávamos de acordo que a melhor estimativa da receita era aquela, para darmos o passo adicional para discutir a estrutura e composição da despesa, ouvi uma longa, eloqüente intervenção de um Parlamentar da Oposição que nada tinha a dizer sobre o tema, na verdade, era a usual coletânea de diatribes contra o Governo, contra tudo isso que aí está, e que culminou com essa observação, que eu chamei na hora de ridícula, sobre a marca da minha caneta e o custo da sua carga. Então, quero aproveitar e dizer que eu disse na época, algo, pelo menos o espírito que eu queria dizer, que a minha caneta não era a marca que ele me atribuía, que era uma caneta tão barata, quanto barata era sua demagogia ao fazer aquele comentário, e que eu achava que a brincadeira naquele contexto era, na verdade, uma dificuldade de lidar com os argumentos que estavam em discussão ali. Era isso que queria dizer, terminando meu comentário sobre as observações do Relator, não sei se o Presidente também tem observações a fazer, mas, se não tiver, queria agradecer a presença de todos, dizer que, como sempre, saio enriquecido dos debates e das experiências, troca de idéias no âmbito do Congresso e que estou e estarei, como sempre estive, à disposição desta Casa, para apresentar a minha versão, minha interpretação e responder às perguntas que me ensejam, mas não tenho inclinação



a bate-bocas públicos, com pessoas que foram do Governo. Eu queria deixar clara aqui a minha opinião pessoal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Hoje preservo V.Exa. da manifestação e lembro o ensinamento de um padre, de uma paróquia na minha cidade, Curitiba — já contei essa história —, que falou que um bom discurso e um bom sermão têm que ser como a minissaia. Justo, curto e provocante. Nos primeiros dez minutos, o padre fala para os fiéis; nos vinte minutos, para os bancos, porque os fiéis já estão olhando para o chão e, nos últimos trinta minutos, ele está falando para o diabo, porque ninguém agüenta mais ouvi-lo e o estão mandando para o inferno. (*Risos.*)

Então, para evitar qualquer insinuação dessa natureza, eu quero informar que, considerando já estar na Ordem do Dia, em processo de votação na Câmara, e para que se evite a nulidade de qualquer deliberação da Comissão, eu transfiro desde já para a próxima sessão, terça-feira, a pauta constante, encarecendo aos Srs. Parlamentares que compareçam, para **quorum**. Informo, também, que, na próxima semana, estaremos na última semana de audiências públicas antes do período do recesso. Então, também encareço a presença dos Srs. Parlamentares.

Antes de encerrar a reunião, eu agradeço a presença do Sr. Ministro, dos Srs. Parlamentares, dos demais presentes, convocando reunião ordinária para terça-feira, dia 11, às 14h, no Plenário 6, para tomar depoimento do Sr. Michael Geoghegan, Presidente do HSBC, e do Sr. Euclides Ribas, Presidente da Associação Brasileira dos Acionistas Minoritários do Grupo BAMERINDUS.

Está encerrada a reunião.